

SECRETARIA DE ESTADO DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

BANCO MUNDIAL

PROGRAMA SANTA CATARINA PROTEGIDA E RESILIENTE - PROGRAMA PARA AUMENTO DA RESILIÊNCIA
CLIMÁTICA E REDUÇÃO DE RISCO DE DESASTRES EM SANTA CATARINA

P508221

PLANO DE ENGAJAMENTO ENTRE AS PARTES INTERESSADAS

(PEPI)

outubro/2025

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) do **Programa Santa Catarina Protegida e Resiliente – Programa para Aumento da Resiliência Climática e Redução de Risco de Desastres em Santa Catarina**. Sua elaboração seguiu as diretrizes e recomendações fornecidas pela equipe do **Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)**, além de considerar uma análise detalhada dos indivíduos, grupos e organizações potencialmente impactados pelo Programa.

O PEPI tem como objetivo estabelecer um processo transparente e inclusivo de diálogo com as partes interessadas, garantindo que suas contribuições sejam incorporadas ao planejamento e à implementação das ações previstas. Dessa forma, busca-se fortalecer a governança do Programa, promover maior engajamento social e mitigar possíveis impactos adversos, assegurando que as medidas propostas sejam eficazes e alinhadas às necessidades da população e do meio ambiente.

Importa destacar que o PEPI é complementado pelo **Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS)**, que identifica os principais riscos e impactos socioambientais associados às atividades propostas, bem como estabelece medidas de prevenção, mitigação, compensação e monitoramento, compondo o conjunto de instrumentos ambientais e sociais elaborados para orientar as fases de preparação e execução do Programa.

SUMÁRIO

1. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA.....	6
1.1. OBJETIVOS DO PROGRAMA.....	6
1.1.1. Objetivo Geral.....	6
1.1.2. Objetivos Específicos.....	7
1.2. ATIVIDADES DO PROGRAMA.....	7
2. OBRAS PREVISTAS.....	12
2.1.1. Obras de Melhoramento do Canal Retificado e Rio Itajaí Mirim.....	13
2.1.2. Barragem de Petrolândia.....	13
2.1.3. Barragem de Serra Velha (Agrolândia).....	13
2.1.4. Barragem de Serra dos Alves (Agrolândia).....	14
2.1.5. Barragem de Pouso Redondo I - Montante.....	14
2.2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO.....	15
2.3. AVALIAÇÃO DE RISCO E PLANEJAMENTO PARA AÇÕES DE REDUÇÃO DE RISCO E AUMENTO DA RESILIÊNCIA.....	18
3. OBJETIVO DO PEPI.....	19
4. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS.....	21
4.1. CONCEITO.....	21
4.2. PARTES INTERESSADAS IDENTIFICADAS.....	22
5. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES E ENVOLVIMENTO DE PARTES INTERESSADAS DURANTE A FASE DE PLANEJAMENTO.....	27
5.1. FASE DE PLANEJAMENTO.....	27
5.2. ANTECEDENTES.....	27
5.3. ENGAJAMENTO COM AS PARTES ENVOLVIDAS.....	30
5.4. DIVULGAÇÃO E CONSULTA DO PEPI.....	33
6. GESTÃO DA COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS DURANTE A FASE DE IMPLEMENTAÇÃO.....	35
7. RESPOSTA E RESOLUÇÃO DE QUEIXAS.....	38
7.1. DESCRIÇÃO DO MECANISMO DE QUEIXAS (MSQ).....	39
7.2. CANAIS DE ATENDIMENTO DAS CONSTRUTORAS.....	40
8. RECURSOS E RESPONSABILIDADES VINCULADOS À IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE ENVOLVIMENTO DE PARTES INTERESSADAS.....	41
8.1. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DE GESTÃO.....	41
8.2. RECURSOS.....	42
9. MONITORAMENTO E RELATÓRIOS.....	43
9.1. REPORTE ÀS PARTES INTERESSADAS.....	43
10. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO.....	44
10.1. Unidade de Gestão do Programa - UGP.....	44
10.2. Arranjo de Implementação do Programa SC Protegida e Resiliente.....	45
10.3. Atribuições Legais Institucionais relacionadas ao Programa SC Protegida E Resiliente.....	45

ABREVIATURAS E SIGLAS

Sigla	Significado
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADA	Área Diretamente Afetada / Avaliação Expedita da Biodiversidade
AID	Área de Influência Direta
AII	Área de Influência Indireta
ANA	Agência Nacional de Águas
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
APR	Avaliação Preliminar de Risco
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)
BM	Banco Mundial
BPIS	Boas Práticas Internacionais do Setor
CGBHRI	Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí
CGE	Controladoria-Geral do Estado
CIGERD	Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres
CIPA-A	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONPDEC	Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
EAS	Estudo Ambiental Simplificado
EIA	Estudo de Impacto Ambiental

Sigla	Significado
EVTEA	Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMA	Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
IPF	Instrumento de Financiamento de Projetos e Investimentos
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAP	Licença Ambiental Prévia
NAS	Normas Ambientais e Sociais (Banco Mundial)
NR	Norma Regulamentadora
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAC	Programa Ambiental de Construção
PBA	Plano Básico Ambiental
PCAS	Plano de Compromisso Ambiental e Social
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PDRRD	Plano Diretor de Redução de Riscos de Desastres
PEPI	Plano de Engajamento das Partes Interessadas
PMRR	Plano Municipal de Redução de Riscos
PNPDEC	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
PNSB	Política Nacional de Segurança de Barragens
PRAD	Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
QAS	Quadro Ambiental e Social (Banco Mundial)
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SC	Santa Catarina

Sigla	Significado
SDC	Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil
SEA	Secretaria de Estado da Administração
SEF	Secretaria de Estado da Fazenda
SIE	Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
SAR	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária
SED	Secretaria de Estado da Educação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMAE	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SINPDEC	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SSO	Saúde e Segurança Ocupacional
TCE/SC	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
TR	Tempo de Retorno (hidrologia)
UGP	Unidade de Gestão do Programa

1. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

O **Programa Santa Catarina Protegida e Resiliente** foi criado em resposta ao aumento de eventos climáticos extremos no estado, como inundações, deslizamentos e tempestades, que causam prejuízos anuais de cerca de R\$1 bilhão e já afetaram cerca de 10 milhões de pessoas entre 1995 e 2019. O programa busca fortalecer a **infraestrutura resiliente**, melhorar o monitoramento **climático**, ampliar a **capacidade de resposta a desastres** e proteger populações vulneráveis, especialmente no **Vale do Itajaí**, região que concentra os maiores impactos e perdas econômicas.

O Programa é um dos instrumentos que viabiliza a implementação pelo governo de Santa Catarina do Plano Integrado de Prevenção de Cheias do Vale do Itajaí. Este plano contém um conjunto de ações e medidas visando reduzir os riscos de desastres naturais, principalmente inundações, na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Ele busca aprimorar a infraestrutura hídrica, a gestão de riscos e a participação da comunidade para aumentar a resiliência da região frente às enchentes.

O Plano engloba diversas iniciativas, incluindo: investimentos em Infraestrutura como a modernização e construção de barragens e melhorias em rios; coordenação e integração das ações de diversos órgãos governamentais e setores da sociedade, promovendo a interação entre eles para uma resposta integrada em situações de emergência; planejamento urbano, subsidiando os planos diretores municipais, visando reduzir a ocupação de áreas de risco e promover um planejamento urbano mais sustentável; educação e conscientização, desenvolvendo a percepção de risco nas comunidades, envolvendo a população na busca por soluções e na tomada de decisões.

O Plano é um esforço contínuo que envolve a participação de diversos setores da sociedade e busca garantir a segurança e a qualidade de vida da população da região, especialmente em relação aos riscos de inundações. Foi elaborado com base em estudos realizados com apoio da Cooperação internacional do Japão no início da década de 2010 e seu objetivo principal é proteger a população e reduzir os prejuízos causados pelas cheias.

A iniciativa contempla ações como a construção de barragens, a ampliação da rede de radares meteorológicos e investimentos em tecnologia, planejamento e capacitação local. Também são necessárias melhorias na comunicação de risco, para garantir que alertas cheguem de forma clara e eficaz às comunidades mais afetadas.

Em síntese, o programa busca desenvolver uma abordagem **integrada, preventiva e centrada nas pessoas**, promovendo mais segurança climática e reduzindo vulnerabilidades sociais em Santa Catarina.

1.1. OBJETIVOS DO PROGRAMA

1.1.1. Objetivo Geral

O Programa Santa Catarina Protegida e Resiliente tem como objetivo desenvolver e implementar uma abordagem integrada para fortalecer a resiliência do estado e mitigar os impactos sociais e econômicos causados por desastres ambientais.

Para isso, a Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil realizará obras de infraestrutura, aliadas a serviços de consultoria para avaliação e implementação de ações estratégicas. O programa também prevê:

- apoio ao fortalecimento municipal na gestão de riscos e resiliência climática;
- aprimoramento do monitoramento dos riscos climáticos;
- expansão e modernização do Sistema Estadual de Monitoramento e Alerta;
- administração do Programa e Fortalecimento Institucional.

Essas iniciativas permitirão uma maior capacidade de avaliação e monitoramento de riscos, contribuindo para o aumento da resiliência local e o fortalecimento das instituições responsáveis pela gestão de riscos no estado de Santa Catarina.

1.1.2.Objetivos Específicos

- executar as obras de melhoramento fluvial e de construção de barragens para mitigação dos impactos das inundações na população residente do Vale do Itajaí e ampliar a área de controle de enchentes no Vale do Rio Itajaí, além de modernizar e integrar a operação das barragens;
- adotar medidas que visem reduzir, mitigar ou compensar os impactos ambientais causados aos recursos naturais na implantação das obras de melhoramento fluvial e de construção de barragens para mitigação de cheias no Vale do Itajaí;
- aprimorar a avaliação de riscos por meio da elaboração dos Planos de Redução de Riscos de Desastres para 15 bacias hidrográficas do Estado, com o objetivo de estabelecer diretrizes estratégicas, identificar intervenções prioritárias e estimar os custos associados. A iniciativa será orientada especialmente para a proteção das populações mais expostas e vulneráveis, bem como da infraestrutura pública essencial, com destaque para unidades de saúde e estabelecimentos de ensino;
- ampliar a capacidade de emissão e assertividade dos alertas antecipados, cobrindo 100% do território catarinense com radares meteorológicos, expandindo a rede de monitoramento de riscos climáticos, desenvolvendo sistemas de informação e melhorando a comunicação com a população e agentes locais de Defesa Civil;
- aumentar a resiliência local por meio de capacitações, especialmente junto às comunidades mais vulneráveis, público jovem, indígenas e quilombolas e incentivo aos municípios no desenvolvimento de instrumentos de planejamento para redução de riscos, bem como da promoção de ações setoriais integradas, nos níveis estadual e municipal, voltada à gestão de riscos de desastres, por meio do fortalecimento da articulação entre as instituições, setor privado e sociedade civil.

1.2.ATIVIDADES DO PROGRAMA

Para garantir uma abordagem abrangente, o programa está estruturado em três pilares, sendo o componente 1 voltado para ações mais a nível estadual, componente 2 com foco nos municípios e ações de monitoramento climático e componente 3 que contempla ações de gerenciamento do programa e fortalecimento institucional:

COMPONENTE 1 - FORTALECIMENTO DA RESILIÊNCIA A INUNDAÇÕES E OUTROS RISCOS DE DESASTRES EM REGIÕES PRIORITÁRIAS DE SANTA CATARINA - Este componente abrange investimentos estratégicos em

infraestrutura para prevenção e mitigação de desastres no Vale do Rio Itajaí Mirim, conforme diretrizes do Plano Diretor de Redução de Riscos de Desastres, desenvolvido com o apoio da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA). As ações incluem a construção de barragens de contenção de cheias para regular o escoamento da água, além da implementação de programas ambientais e de mitigação de impactos nas áreas afetadas. Para garantir a segurança e a resiliência hídrica, uma consultoria independente avaliará a viabilidade das barragens, enquanto um painel de especialistas oferecerá suporte técnico ao planejamento. Também serão elaborados os Planos Diretores para Redução de Risco de Desastres (PDRRD), identificando medidas estruturais e estratégicas de resiliência. Além disso, um estudo analisará os impactos das mudanças climáticas em Santa Catarina, fornecendo subsídios para ações de adaptação. Essas iniciativas já estão em estágio avançado, com algumas intervenções possuindo Licença Ambiental emitida e Projeto Básico concluído, conforme detalhado nos produtos a seguir.

SUBCOMPONENTE 1.1 - MITIGAÇÃO DO RISCO DE INUNDAÇÕES NO VALE DO ITAJAÍ - Este subcomponente contempla a realização de obras para aumentar a capacidade de escoamento do rio durante períodos de cheia, protegendo áreas vulneráveis contra inundações e minimizando os impactos humanos e materiais. Além da construção de até 4 barragens de contenção para retenção e controle do fluxo da água, e a execução de programas ambientais e ações voltadas à redução de impactos nas regiões de interesse.

1.1.1 - Obras de Melhoramento do Canal Retificado do Rio Itajaí Mirim em Itajaí - Realização das obras de melhoramento do Canal Retificado do Rio Itajaí Mirim em Itajaí.

1.1.2 - Obras de construção de até quatro barragens de pequeno porte para contenção de cheias - podendo ser nos municípios de Petrolândia, Agrolândia e/ou Pouso Redondo.

1.1.3 - Contratações para Viabilização Ambiental e Fundiária das Barragens de Contenção de Cheias - contratações de ações necessárias para atender às exigências legais, técnicas e socioambientais relacionadas à implantação das Barragens de contenção de cheias. Inclui a realização de estudos ambientais, programas de compensação e recuperação, inventário florestal, medidas de regularização fundiária (como desapropriações), bem como outras iniciativas voltadas à mitigação de impactos e à conformidade ambiental do empreendimento.

1.1.4 - Desenvolvimento e execução de projeto comuns a todas as barragens de contenção de cheias - desenvolvimento e execução de projetos comuns a todas as barragens de contenção de cheias.

SUBCOMPONENTE 1.2 - DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E INSTRUMENTOS PARA A GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES (GRD) NAS REGIÕES PRIORITÁRIAS DO ESTADO - Este subcomponente contempla os serviços de consultoria independente para avaliação da construção de barragens, e um painel de especialistas para auxiliar no planejamento técnico. Além disso, serão desenvolvidos os Planos Diretores para Redução de Risco de Desastres (PDRRD) para identificar intervenções e estratégias de resiliência, assim como um estudo que projetará os impactos das mudanças climáticas em Santa Catarina, fornecendo diretrizes para medidas de adaptação.

1.2.1 - Contratação de especialistas - Painel de Segurança em barragens de contenção de cheias - Contratação de quatro consultores individuais nas áreas de hidrologia e hidráulica, geotecnia, concreto e equipamentos hidromecânicos para atuarem nos projetos de contratação das obras de construção das barragens.

1.2.2 - Desenvolvimento dos Planos Diretores para Redução de Risco de Desastres (PDRRD) - Com base no Perfil de Risco e entendimento dos impactos das mudanças climáticas, elaborar os PDRRD para as Bacias Hidrográficas prioritárias do Estado. Os Planos devem identificar as principais intervenções estruturais necessárias para redução de riscos, ações para aumento da resiliência e aumento da capacidade de enfrentamento de desastres, tanto no setor público como no privado.

1.2.3 - Estudo para Avaliar os Impactos das Mudanças Climáticas em Santa Catarina - Utilizar modelos climáticos para projetar os impactos potenciais futuros, considerando diferentes cenários de emissões de gases de efeito estufa e outras variáveis relevantes, observando principalmente a influência sobre os recursos hídricos, infraestrutura, economia, saúde, agricultura e segurança alimentar.

COMPONENTE 2 - INVESTIMENTOS NO SISTEMA DE MONITORAMENTO E ALERTA E NAS CAPACIDADES LOCAIS DE RESILIÊNCIA - Este componente tem como objetivo fortalecer a capacidade do Estado de Santa Catarina e de seus municípios na gestão de riscos climáticos, por meio da modernização do monitoramento hidrometeorológico, da ampliação dos sistemas de alerta precoce e da preparação técnica e institucional em nível local. As ações previstas incluem a aquisição de um radar meteorológico para a região da Grande Florianópolis, a expansão da rede estadual com novos sensores e estações de medição, e o desenvolvimento de um sistema integrado de monitoramento e comunicação de desastres, capaz de emitir alertas, registrar ocorrências e avaliar impactos em tempo real. Paralelamente, será promovido o apoio aos municípios na elaboração de diagnósticos, mapeamentos e projetos voltados à redução de riscos, com foco em soluções híbridas que conciliam intervenções estruturais e baseadas na natureza. O componente também contempla a elaboração de Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRR), a implementação de sistemas de alerta locais em áreas vulneráveis, a ampliação do Programa Defesa Civil na Escola e a formação de agentes comunitários, visando fortalecer a cultura de prevenção, ampliar a participação social e qualificar a resposta às emergências climáticas.

SUBCOMPONENTE 2.1 - PROMOÇÃO DE ANÁLISES, PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO DE PROJETOS PARA SOLUÇÕES HÍBRIDAS DE GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES EM NÍVEL MUNICIPAL - O subcomponente tem como objetivo apoiar os municípios catarinenses na elaboração de diagnósticos, análises técnicas e projetos voltados à redução de riscos, com foco em soluções híbridas que integrem intervenções estruturais e não estruturais. As ações incluem o mapeamento e atualização de áreas de risco, especialmente aquelas que afetam populações vulneráveis, a formulação de Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRR), o incentivo à adoção de soluções sustentáveis e baseadas na natureza, além da promoção de iniciativas de educação e capacitação comunitária. Também serão fortalecidos os sistemas de alerta e resposta por meio da ampliação do Programa Defesa Civil na Escola e da formação de agentes comunitários de proteção e defesa civil, visando fomentar a cultura de prevenção, ampliar a participação social e qualificar a capacidade local de enfrentamento a desastres.

2.1.1 - Elaboração e atualização dos mapas e setorização de risco nos municípios, com foco na identificação das populações mais vulneráveis - este produto visa apoiar tecnicamente e financeiramente os municípios catarinenses com maior risco para elaborar e/ou atualizar seus mapas locais de risco de inundações, enxurradas e deslizamentos, com foco no nível comunitário e identificação e avaliação das áreas com população mais vulnerável exposta a estes eventos.

2.1.2 - Promoção à elaboração de instrumentos para Gestão de Risco de Desastres (GRD) no nível municipal

- este produto visa apoiar técnica e financeiramente os municípios catarinenses para o desenvolvimento de instrumentos e ferramentas que incrementem a capacidade local para a GRD e aumento da Resiliência. O foco principal reside (i) no apoio aos municípios de médio porte, com perfil de risco de desastres elevado, para a elaboração dos Planos Municipais de Redução de Risco, incluindo a estratégia de implementação e mecanismos de monitoramento para acompanhamento pelo Estado das ações previstas no Plano; e (ii) no desenvolvimento das cartas de aptidão à urbanização e mapeamento de suscetibilidade a inundações e deslizamentos para os municípios de pequeno porte que apresentem um perfil de risco elevado a estas ameaças.

2.1.3 - Solução Baseada na Natureza - apoiar os municípios localizados na área de abrangência das ações do Programa para Identificar alternativas sustentáveis, que integram a proteção e recuperação ambiental para resolver problemas urbanos, de infraestrutura e de bem-estar, contribuindo tanto para a natureza quanto para a sociedade.

2.1.4 - Fortalecimento da Comunicação de Alertas e Capacitação para a Redução de Riscos - este produto visa promover a adesão da população catarinense, principalmente a residente em áreas de risco, ao serviço de alerta por SMS (hoje em 12,4%), por meio da realização de capacitações, desenvolvimento de materiais informativos acessíveis à população e implementação de campanhas de divulgação.

2.1.5 - Implantação dos Núcleos de Agentes de Cidadania Climática com capacitações e treinamentos para entendimento e tomada de ações frente a alertas hidrometeorológicos - promover a criação de Núcleos de Agentes de Cidadania Climática em municípios que aderirem ao programa, com foco em comunidades mais vulneráveis e mais expostas a inundações, deslizamentos e vendavais, para sensibilizar e capacitar para acessar ferramentas, interpretar os avisos e alertas e estar preparada para tomar ações que protejam a vida e seus bens materiais.

2.1.6 - Ampliação do Programa Defesa Civil na Escola - Desenvolvimento de ações de capacitação junto a instituições de ensino do Estado, Secretarias de Educação municipais e outras instituições para atingir 600 mil alunos do ensino fundamental em seis anos.

SUBCOMPONENTE 2.2 - FORTALECIMENTO DO MONITORAMENTO CLIMÁTICO, ALERTA PRECOCE E PREPARAÇÃO LOCAL - o subcomponente tem como objetivo aprimorar a capacidade do Estado de Santa Catarina na previsão, detecção e resposta a eventos hidrometeorológicos extremos, por meio do fortalecimento da rede de monitoramento climático e da ampliação dos sistemas de alerta e comunicação. Estão previstas a aquisição de um radar meteorológico para a região da Grande Florianópolis, a expansão da rede hidrometeorológica estadual com a instalação de novos sensores e estações de medição, bem como o desenvolvimento de um sistema integrado de monitoramento de desastres, capaz de emitir alertas, registrar ocorrências e avaliar impactos em tempo real. O subcomponente também contempla a criação de um sistema para identificação de riscos para emissão de alertas de desastres de origem climática e hidrometeorológica, além da implementação de sistemas de alerta locais voltados a áreas de risco, com foco especial em comunidades vulneráveis, promovendo a preparação da população e o fortalecimento da resposta coordenada em situações de emergência.

2.2.1 - Aquisição de Radar para Grande Florianópolis - aumentar a capacidade de previsão de curtíssimo prazo para eventos hidrometeorológicos extremos, por meio da aquisição e operação de um Radar posicionado na Grande Florianópolis, para completar a rede litorânea, severamente afetada por chuvas de circulação marítima, atualmente subestimadas pela capacidade do sistema atual.

2.2.2 - Ampliação da rede de monitoramento hidrometeorológico de riscos estadual - de maneira coordenada com as ações e prioridades estabelecidas pelos Planos Diretores de Redução de Riscos de Desastres, este Produto contempla o desenvolvimento de estudos, especificações e investimentos para a ampliação e modernização da rede monitoramento hidrometeorológica, composta por pluviômetros, sensores de nível do rio e estações meteorológicas.

2.2.3 - Sistema para monitoramento e previsão de variáveis climáticas e hidrometeorológicas, e ocorrências relacionadas a desastres - desenvolver e implementar um sistema para identificação de riscos para emissão de alertas de desastres de origem climática e hidrometeorológica, para uso na elaboração de produtos que serão operacionalizados pelo Centro de Gerenciamento de Riscos e Desastre (Cigerd) de Santa Catarina. Deve ser capaz de realizar o registro de ocorrências, danos humanos e materiais no nível local, de forma a possibilitar o acompanhamento dos impactos, das ações de resposta a desastres e validar os limiares de avisos e alertas, de forma a aumentar a assertividade das previsões.

COMPONENTE 3 - GESTÃO DO PROJETO E FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL - o apoio ao gerenciamento do programa tem como objetivo fortalecer as instituições estaduais por meio do suporte técnico, jurídico e administrativo, abrangendo desde o planejamento e monitoramento físico-financeiro até o cumprimento de requisitos e salvaguardas socioambientais. A capacitação dos servidores da Unidade de Gestão do Programa - UGP busca aprimorar as competências técnicas da equipe por meio de treinamentos voltados à gestão, monitoramento e execução das ações, alinhadas às diretrizes de resiliência climática e gestão de riscos. Complementarmente, o fortalecimento institucional e a inovação operacional envolvem a modernização de equipamentos, infraestrutura e recursos logísticos, com foco na melhoria da capacidade de atuação e desempenho das equipes.

SUBCOMPONENTE 3.1 - GERENCIAMENTO DO PROGRAMA - O gerenciamento do programa engloba as atividades de planejamento, monitoramento, controle e coordenação.

3.1.1 - Suporte ao Gerenciamento do Programa - este produto visa apoiar as instituições do Estado no gerenciamento do programa, incluindo o planejamento das atividades, apoio técnico e jurídico, acompanhamento físico-financeiro de contratações, cumprimentos dos requisitos e salvaguardas ambientais e sociais, gestão administrativa e financeira e potenciais auditorias.

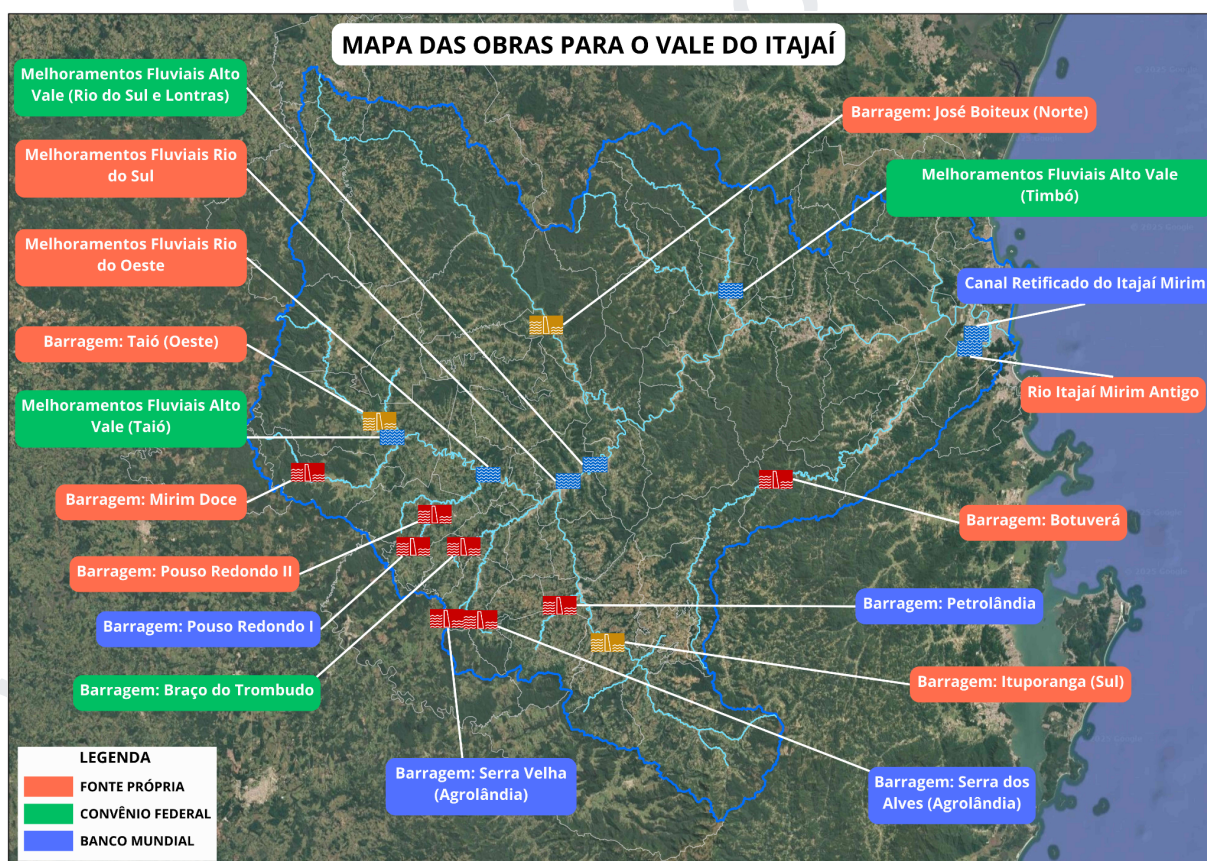
2. OBRAS PREVISTAS

O Programa contempla a execução de obras de melhoramento no canal retificado e no leito do Rio Itajaí Mirim, além da construção de até quatro barragens de contenção de cheias em municípios do Alto Vale do Itajaí. Essas intervenções visam aumentar a capacidade de retenção e controle das águas, reduzindo os impactos das enchentes na região.

Além dessas barragens previstas no escopo do Programa, também estão previstas, com o apoio de outras fontes de financiamento, a construção das barragens de Botuverá e Trombudo Central. Paralelamente, seguem em andamento as obras de melhoramento fluvial no Alto Vale do Itajaí, abrangendo os municípios de Rio do Sul, Lontras, Timbó e Taió.

No mapa abaixo, é possível visualizar o conjunto integrado de obras planejadas para o Vale do Itajaí, demonstrando o esforço articulado para ampliar a resiliência da região frente a eventos hidrológicos extremos.

Figura 01 – Mapa das Obras para o Vale do Itajaí.



Fonte: Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (2025).

2.1.1. Obras de Melhoramento do Canal Retificado e Rio Itajaí Mirim

O empreendimento tem por objetivo minimizar as cheias no município de Itajaí, localizado na Bacia do Rio Itajaí, Estado de Santa Catarina. Para isso, foram contemplados melhoramentos fluviais no Rio Itajaí-Mirim e em seu Canal retificado, por meio do alargamento e aprofundamento da calha do canal retificado e desassoreamento de parte do Rio Itajaí-Mirim. Duas comportas de regulação serão instaladas no rio, no município de Itajaí, a fim de isolar o Mirim Antigo no momento da cheia, auxiliando no controle da vazão das águas e contribuindo para o monitoramento, alerta e alarme durante as cheias. A área de abrangência do projeto no Canal Retificado é entre o bairro Km 12 até a foz no Itajaí Açu. Os melhoramentos fluviais no Itajaí Mirim antigo foram entre o bairro Itaipava e a confluência com o Canal Retificado.

2.1.2. Barragem de Petrolândia

A Barragem de Petrolândia será localizada no rio Perimbó no município de Petrolândia, Santa Catarina. Suas coordenadas aproximadas são 633700 O e 6962561 S.

Foram previstas estruturas de barragem de terra na margem esquerda e direita, vertedouro de fundo com comporta, segmento e vertedouro de soleira livre. A previsão da capacidade máxima de reservação será de 3.540.000,00m³, com área de alagamento de 68,52ha.

A obra já conta com Plano Básico Ambiental (PBA) aprovado e com sua execução contratada, além de outorga prévia emitida pela SEMAE. A Licença Ambiental de Instalação (LAI) nº 2539/2018 e a Autorização de Corte (AuC) nº 195/2018 foram emitidas e atualmente estão em processo de renovação junto ao Instituto do Meio Ambiente (IMA). A desapropriação da área destinada ao barramento já foi concluída, enquanto as ações relacionadas à área do futuro reservatório (lago) seguem em andamento.

2.1.3. Barragem de Serra Velha (Agrolândia)

A Barragem Serra Velha do rio Trombudo (Rio Carrapato) será localizada no município de Agrolândia, Santa Catarina na coordenada 610965 E e 6959528 N.

No arranjo da Barragem foi previsto estruturas de barragem de concreto nas margens esquerda e direita, descarregador de fundo com comporta segmento, vertedouro de soleira livre e tomada d'água para uso múltiplo. A capacidade máxima de reservação será de 8.360.000m³ com área de alagamento de 80,25ha.

Em vistoria realizada em 19 de março de 2025, foi constatada a existência de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) instalada a jusante da área prevista para o barramento. Essa condição exige a realização de estudos técnicos específicos para avaliar eventuais interferências entre os empreendimentos, especialmente no que se refere à operação conjunta e à viabilidade técnica e ambiental da barragem.

Os projetos da barragem tiveram início em 2013, mas não foram concluídos devido à restrição de acesso a um dos eixos necessários para os estudos. Para dar prosseguimento ao empreendimento, será necessária a contratação de empresa especializada para a elaboração do Estudo Ambiental Simplificado (EAS), bem como o protocolo do pedido de Licença Ambiental Prévia (LAP) junto ao Instituto do Meio Ambiente (IMA).

Além disso, será preciso contratar empresa habilitada para a realização do Inventário Florestal da área impactada, com vistas à obtenção da Autorização de Corte da vegetação nativa, conforme a legislação ambiental. Também será indispensável a contratação de empresa para realizar o levantamento das áreas que deverão ser desapropriadas, etapa essencial para a regularização fundiária e viabilização da obra.

2.1.4. Barragem de Serra dos Alves (Agrolândia)

A barragem Serra dos Alves no rio Trombudo será localizada no município de Agrolândia, na coordenada 614167 O e 6960670 S.

No arranjo da barragem de contenção de cheias Serra dos Alves no rio Trombudo foi previsto estruturas de barragem de concreto nas margens esquerda e direita, descarregador de fundo com comporta segmento, vertedouro de soleira livre e tubo de captação para uso múltiplo. A capacidade máxima de reservação será de 3.270.000,00m³ com área de alagamento de 20,84ha.

Os projetos da barragem tiveram início em 2013, mas não foram concluídos devido à restrição de acesso a um dos eixos necessários para os estudos. Para dar prosseguimento ao empreendimento, será necessária a contratação de empresa especializada para a elaboração do Estudo Ambiental Simplificado (EAS), bem como o protocolo do pedido de Licença Ambiental Prévia (LAP) junto ao Instituto do Meio Ambiente (IMA).

Além disso, será preciso contratar empresa habilitada para a realização do Inventário Florestal da área impactada, com vistas à obtenção da Autorização de Corte da vegetação nativa, conforme a legislação ambiental. Também será indispensável a contratação de empresa para realizar o levantamento das áreas que deverão ser desapropriadas, etapa essencial para a regularização fundiária e viabilização da obra.

Recomenda-se a elaboração de um estudo único para os empreendimentos localizados no município de Agrolândia, considerando a necessidade de uma abordagem integrada dos impactos ambientais. Neste caso, será exigida a elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), conforme previsto na Resolução CONSEMA nº 250/2024.

2.1.5. Barragem de Pouso Redondo I - Montante

A barragem de montante do rio das pombas será localizada no município de Pouso Redondo, na coordenada UTM 601475,763 E e 6975765.426 N.

O arranjo geral da barragem de contenção de cheia no montante do rio das Pombas conta com uma barragem de terra nas margens direita e esquerda apoiados em muro de abraço de concreto. Contém dois vertedouros, sendo o vertedouro principal um sistema de duas comportas segmento de fundo e um vertedouro de soleira livre de 40m de largura. Foi instalado um sistema de captação de água por tubos de ferro fundido. A área de alagamento máximo do reservatório será de 58,51ha de superfície no qual será alagada em período de enchente. Já o volume armazenado será de 4.780.000m³.

Os estudos para a implantação da barragem tiveram início em 2013, com o objetivo de ampliar a segurança hídrica e atender às demandas da população local. No entanto, os trabalhos foram interrompidos em decorrência da restrição de acesso a um dos eixos fundamentais para a realização das investigações técnicas e ambientais. Diante desse impasse, a continuidade do empreendimento exige a superação de etapas cruciais, tanto do ponto de vista ambiental quanto fundiário.

Para o prosseguimento do projeto, será indispensável a contratação de uma empresa especializada para a elaboração do Estudo Ambiental Simplificado (EAS), documento técnico necessário para a avaliação dos impactos ambientais e definição de medidas mitigadoras. Com base nesse estudo, deverá ser protocolado o pedido de Licença Ambiental Prévia (LAP) junto ao Instituto do Meio Ambiente (IMA), conforme exigido pela legislação ambiental.

Além disso, será necessária a realização do Inventário Florestal da área a ser impactada pelo empreendimento, serviço que deverá ser executado por empresa devidamente habilitada. Esse levantamento é fundamental para a solicitação da Autorização de Supressão da Vegetação Nativa, permitindo o manejo legal da flora local de acordo com as normas ambientais. Outra etapa essencial é a identificação e delimitação das áreas que precisarão ser desapropriadas, a ser realizada por equipe técnica qualificada. Esse processo é imprescindível para a regularização fundiária, garantindo a legalidade e a viabilidade da obra.

Diante do atual cenário de escassez hídrica no município, a administração municipal manifestou interesse na implantação de uma barragem de uso múltiplo, com o objetivo de atender, de forma integrada, às demandas de abastecimento de água e irrigação agrícola. No entanto, a proposta ainda deverá ser apresentada à CASAN, a fim de verificar a viabilidade técnica e o interesse da companhia na participação e eventual operação do sistema.

2.2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

A região da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí caracteriza-se pelo relevo predominantemente plano, formando uma planície de inundação. Apresenta índices de chuva relativamente baixos nos meses de abril a agosto, seguidos de aumento gradativo, a partir de setembro, até a elevação dos índices, nos meses de janeiro e fevereiro, sendo esses os meses de maior precipitação, consequentemente influenciando no aumento da probabilidade de enchentes.

Em relação à distribuição populacional, com o passar dos anos, a área urbana do município de Itajaí expandiu-se ocupando parte das margens do canal retificado entre a BR-101 e a foz do Itajaí-Mirim. Atualmente, cerca de 95% da população de Itajaí concentra-se na área urbana.

Além das ocorrências naturais, as enchentes também são descritas como o resultado de um longo processo de modificação e desestabilização da natureza por forças humanas, fato que vem acompanhado do crescimento demográfico rápido e da falta de planejamento urbano na maioria das cidades. O crescimento urbano acelerado da região acarretou inúmeros problemas ambientais, como a degradação de ecossistemas naturais, a contaminação dos rios e do mar e a impermeabilização da superfície. Essa impermeabilização reduz a capacidade de infiltração do solo, levando ao aumento do volume de água superficial. Esse fator, juntamente com as características físicas da região, propicia a ocorrência de inundações.

A cidade de Itajaí enfrenta três tipos de inundações: enchentes oriundas da montante do Rio Itajaí-Mirim; refluxo da água de enchente, conjugado com a preamar, do Rio Itajaí-Açu; e inundação decorrente da capacidade insuficiente de drenagem urbana. Em relação à inundação decorrente da drenagem urbana, a Prefeitura Municipal de Itajaí está executando as obras de construção de novas galerias e substituição das galerias antigas para drenar as águas de chuvas ao Rio Itajaí-Açu.

As enchentes presenciadas nessa área têm acarretado atrasos à economia estadual, à medida que implicam, além das perdas humanas, prejuízos à agricultura e aos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. As consequências são imensuráveis sob o ponto de vista social e econômico, o que tem de certa

forma contribuído negativamente para seu desenvolvimento ao refletir em todas as camadas sociais e por todo o território atingido.

A construção de **comportas no Rio Itajaí-Mirim e os melhoramentos fluviais no canal retificado** acarretarão em alterações importantes para a região, especialmente para o município de Itajaí, que terá minimizados os prejuízos recorrentes ocasionados pelas enchentes, cujas perdas se refletem sobre toda a infraestrutura pública (estradas, rodovias e pontes, fornecimento de água potável e de energia) e sobre a vida dos cidadãos em geral.

O empreendimento está inserido em uma área de mata atlântica (Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas) e núcleos de manguezal, com a paisagem atual formada por fragmentos de vegetação nativa nos estágios inicial, médio, avançado e pioneiro. Por se tratar de um empreendimento para contenção de cheias em que não haverá a formação de um reservatório, e sim a retificação do Rio Itajaí-Mirim, em uma área bastante modificada pela ação humana, o desmatamento será reduzido e foi estimado em 10 hectares de floresta em estágio médio de regeneração. Apesar de não haver desmatamento de uma área significativa, haverá impacto local de perda de vegetação, que deve ser compensado com a implantação da área de preservação permanente ao longo da Área Diretamente Afetada (ADA) do canal de drenagem (Rio Itajaí-Mirim), além da compensação na forma de reposição florestal em área equivalente à desmatada, na mesma bacia hidrográfica.

A barragem de **Petrolândia** encontra-se na bacia hidrográfica dos Rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul.

As cidades do Vale do Itajaí tem sua origem em pequenos núcleos urbanos ou paradas da ferrovia, que se tornaram pequenos ou médios municípios, que compõem a rede urbana do Vale. Os desastres periódicos que ocorrem na região, sejam enchentes ou enxurradas são, além de fenômenos naturais, desastres construídos com a contribuição humana. Na época da colonização, o primeiro passo era a derrubada da floresta, por esconder ameaças à sobrevivência dos colonos e suas famílias. A floresta era removida também na beira dos rios e encostas, sem faixas de preservação em função da expansão dos cultivos agrícolas.

A ocupação urbana de Rio do Sul se concentra ao longo dos rios Itajaí do Sul e Oeste e, principalmente, na confluência deles. Isso é reflexo do processo de ocupação e promove insegurança devido ao temor constante de novas cheias. Entretanto, essa configuração territorial é comum em outros municípios como Taió, Ituporanga, Trombudo Central e outros.

A qualidade da água na região dessas barragens apontou que o Índice de Qualidade da Água (IQA) testado em sua maioria foi de boa qualidade, enquanto um dos pontos obteve ótima qualidade. Na avaliação do Índice de Estado Trófico (IET), alguns pontos foram classificados como corpos d'água limpos, de produtividade muito baixa e concentrações insignificantes de nutrientes, que não provocam prejuízos aos usos da água. Sobre os usos da água, são direcionados principalmente para irrigação e criação animal. Uma pequena parte é utilizada para uma série de pequenos usos; indústria, aquicultura e abastecimento.

A área de influência das barragens está localizada em uma área de contato entre a Floresta Ombrófila Densa e Floresta Ombrófila Mista, de Faxinais e Campos. No século XIX as ocupações das terras cultiváveis, o crescimento da indústria madeireira e formação dos núcleos urbanos, ocorreu o desmatamento da metade da área florestada original. A paisagem original transformou-se em uma mistura de diferentes ambientes. Na área de estudo existem fragmentos florestais (mata nativa) em diferentes estágios sucessionais (estágio inicial, médio e avançado de regeneração), além de áreas derivadas de atividades humanas, como pastagens artificiais com criação de gado, cultivos agrícolas, silvicultura, além de manchas urbanas.

A maior parte da região de estudo localiza-se em área rural, com algumas aglomerações, configurando a proximidade das áreas centrais urbanas, geralmente situadas próximas de fundos de vale. Devido ao relevo

acidentado, com muitos vales, existem cultivos variados e forte presença de vegetação arbórea. Nas áreas planas é comum o cultivo do arroz irrigado, aproveitando a ampla rede de drenagem existente. Nos terrenos de relevo suavemente ondulado podem ser observadas plantações de milho e fumo, além de pastagens destinadas à pecuária, principalmente de aptidão leiteira. A presença de terreno montanhoso, propicia a presença da silvicultura com espécies madeireiras representadas, praticamente, pela presença de pinus e eucalipto, entremeadas por fragmentos de vegetação nativa, em variados estágios sucessionais.

A distribuição espacial da população dos municípios, com base nos mapas do Censo de 2010 e nos Planos Diretores de cada município, revela que as barragens ficam localizadas na macrozona rural, relativamente distantes da área urbana mais densa. A densidade demográfica de Petrolândia era de 21,00 hab./km² em 2000. Esta densidade bruta é afetada pelas áreas montanhosas que circundam o município, sendo a densidade da área urbana (2,05 km²) de 883,41 hab/ km² e a densidade da área rural (302,98 km²) de 15,16 hab/ km².

Considerando as intervenções previstas para a implantação das barragens, que resultaram na identificação e análise dos impactos positivos e negativos decorrentes, verifica-se que a maioria dos impactos negativos acontecerá na área diretamente afetada (ADA), que corresponde às áreas que serão alagadas. Durante a fase de instalação do empreendimento, a não ser pelo aumento da economia local e pelo aumento de oferta de empregos, com consequente aumento de renda da população da região, que são impactos relevantes para a realidade local, há o predomínio dos impactos negativos. No entanto, a maioria é de baixa ou média magnitude e temporários.

Os impactos negativos de alta magnitude que ocorrerão na fase de instalação são a degradação do solo e intensificação dos processos erosivos, no meio físico, e perda e fragmentação de habitat e perda e afugentamento de espécies da fauna, além da suscetibilidade à contaminação biológica, no meio biótico. No meio socioeconômico, a geração de expectativas nas comunidades e a alteração do cotidiano da população são impactos de alta magnitude, mas de caráter temporário. Já a alteração do valor patrimonial das propriedades, causada pela perda de terras agricultáveis, também é um impacto de magnitude alta e duração permanente.

Deve-se ressaltar, no entanto, que a alteração da dinâmica de áreas que constantemente sofrem alagamentos e que, com a implantação do empreendimento deixarão de ser tão vulneráveis trará uma valorização para esses locais. Uma vez instaladas as barragens, existem alguns impactos negativos que exigirão atenção na fase de operação: a intensificação dos processos erosivos, de média magnitude; assoreamento do rio e alteração da qualidade da água, ambos de baixa magnitude. Contudo, é importante destacar que os impactos negativos poderão ser mitigados ou controlados por meio de medidas e programas que deverão ser realizados durante e/ou após a construção dos empreendimentos, assim como as possíveis compensações ambientais que venham a ser exigidas pelo órgão ambiental.

As barragens de **Pouso Redondo I** possuem relevo formado de elevações de altitude ao redor de 600m, e a calha do rio é caracterizada por um amplo vale de fundo chato com planícies aluviais que são utilizadas para cultivo de arroz. Os sedimentos aluvionares foram depositados sobre os solos residuais de folhelhos e siltitos da Formação Rio Bonito. O rio, a montante dos aluviões, corre em um estreito onde existe uma ilha, encaixado em diabásio/basalto.

No município de Agrolândia, a região da Barragem de **Serra Velha**, de acordo com o Projeto Radambrasil, situa-se no Domínio Morfoestrutural das Bacias e Coberturas Sedimentares da Província Paraná, que engloba as rochas da Bacia do Paraná e as suas formas de relevo. Este Domínio engloba o Planalto das Araucárias, onde as cotas altimétricas mais altas ocorrem em sua parte leste, ultrapassando os 1.200m nas proximidades da escarpa conhecida como “cuesta” da Serra Geral. Em alguns pontos, registram-se elevações superiores a

1.500m, com a presença de relevos residuais acima de 1.800m, como o Morro da Igreja localizado próximo a São Joaquim, com 1.822m de altitude. No Planalto de Timbó Grande, Santa Cecília, Curitiba, na Serra do Espigão, atinge altitudes por volta de 1.100 metros de altitude.

As barragens de Pouso Redondo e Agrolândia ainda não tiveram seus estudos ambientais concluídos e demandam mais informações sobre as características socioambientais.

2.3.AVALIAÇÃO DE RISCO E PLANEJAMENTO PARA AÇÕES DE REDUÇÃO DE RISCO E AUMENTO DA RESILIÊNCIA

Quanto às barragens, estas devem ser classificadas conforme a categoria de risco e de dano potencial associado, de acordo com as resoluções nº 91 da Agência Nacional de Águas – ANA e nº 143 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH.

De acordo com a lei nº 12.334 de 20 de setembro de 2010, que estabelece as diretrizes do Plano de Segurança da Barragem (PSB), cada barragem deve apresentar um Plano de Ações Emergências – PAE, documento formal onde serão estabelecidas as ações a serem tomadas em situações de emergência, bem como identificar os agentes a serem notificados na ocorrência de sinistros no empreendimento.

O PAE da barragem deve ser apresentado em 5 (cinco) capítulos, conforme modelo estabelecido pela ANA no Volume IV do “Manual do Empreendedor” de 2015, sendo eles:

- Capítulo I: apresenta as informações gerais sobre o plano, bem como as características do empreendimento;
- Capítulo II: define os critérios para a identificação de anomalias, bem como as condições de potencial ruptura da barragem. Ainda, serão apresentados os procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Capítulo III: apresenta os procedimentos de notificação e o sistema de alerta necessários para a notificação das entidades responsáveis pela gestão de emergências da barragem;
- Capítulo IV: define a cadeia de decisão e a identificação dos principais agentes no processo de gestão de emergência;
- Capítulo V: caracteriza a cheia decorrente da ruptura da barragem, incluindo os mapas de inundação e o correspondente zoneamento das áreas de risco à jusante.

A atualização do Plano deverá ocorrer a cada 5 (cinco) anos, conforme disposto no Capítulo II, artigo 14º da resolução nº 91 de 02 de abril de 2012 da ANA. Deverão ser incluídas as novas informações do empreendimento, bem como removidos dados desatualizados e/ou incorretos. As folhas corrigidas deverão ser anotadas adequadamente em seu rodapé e suas cópias deverão ser distribuídas para todos os responsáveis pelo PAE.

A contratação de empresa especializada para realização do PSB e PAE deverá ser realizada concomitantemente com a contratação da obra das barragens, visto que assim que finalizada a obra também será necessário entregar os planos de segurança e ação emergencial.

3.OBJETIVO DO PEPI

Este PEPI tem como principal objetivo definir um programa de participação das partes interessadas, incluindo a disseminação de informações públicas e consultas ao longo do ciclo do programa. O PEPI define como a equipe do programa se comunicará com as partes interessadas, ao mesmo tempo em que incluem um mecanismo por meio do qual preocupações, opiniões, queixas ou queixas sobre o programa e atividades relacionadas podem ser apresentadas.

A elaboração e implementação do PEPI atende requerimento e segue diretrizes da Norma Ambiental e Social 10 (NAS 10) Divulgação de Informações e Envolvimento de Partes Interessadas do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial (agência financiadora do Programa). Conforme estabelecido nesta norma, as agências de implementação de projetos financiados pelo Banco Mundial devem fornecer às partes interessadas informações oportunas, relevantes, compreensíveis e acessíveis e consultá-las de maneira culturalmente apropriada, livre de manipulação, interferência, coerção, discriminação ou intimidação ao longo de todo o ciclo de vida dos projetos.

A **Norma Ambiental e Social 10 (NAS 10) – Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação das Informações**, integrante do **Quadro Ambiental e Social (QAS) do Banco Mundial**, estabelece diretrizes essenciais para garantir que as partes interessadas em um projeto sejam envolvidas de forma transparente, contínua e significativa. A norma reconhece que a participação ativa das partes interessadas é fundamental para melhorar os resultados socioambientais, prevenir conflitos, fortalecer a inclusão e promover o desenvolvimento sustentável.

Com base nos princípios da **transparência, inclusão e responsabilidade**, a NAS 10 exige que os mutuários desenvolvam e implementem um **Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)**, considerando os seguintes aspectos essenciais:

- **Identificação e análise das partes interessadas:** Deve-se mapear todos os grupos direta ou indiretamente afetados pelo projeto, incluindo comunidades locais, organizações da sociedade civil, setor privado, agências governamentais e outros atores relevantes.
- **Divulgação de informações acessíveis e oportunas:** As informações sobre o projeto, incluindo seus objetivos, riscos, impactos socioambientais e medidas mitigadoras, devem ser fornecidas de forma clara, compreensível e em formatos acessíveis a diferentes públicos, respeitando aspectos culturais e linguísticos.
- **Diálogo contínuo e mecanismos de participação:** O processo de engajamento deve ser estruturado para garantir um diálogo permanente, por meio de reuniões, consultas públicas, oficinas participativas e outros canais adequados às características das partes interessadas.
- **Mecanismo de reclamação e resolução de conflitos:** A norma exige a implementação de um **mecanismo de queixas e reclamações (Grievance Redress Mechanism - GRM)**, que seja seguro, acessível, confidencial e livre de represálias. Esse mecanismo deve permitir que as partes interessadas registrem preocupações, sugestões e denúncias ao longo de todo o ciclo do projeto.
- **Monitoramento e prestação de contas:** O envolvimento das partes interessadas deve ser acompanhado e avaliado regularmente, garantindo que suas contribuições sejam devidamente consideradas e incorporadas ao processo de tomada de decisão.

Com base nessas diretrizes, este plano visa estabelecer uma estratégia robusta e inclusiva para o engajamento das partes interessadas, garantindo que todos os envolvidos tenham acesso às informações relevantes e possam participar ativamente das decisões do projeto.

A estratégia inclui:

- **Mapeamento e categorização das partes interessadas**, identificando grupos prioritários e suas especificidades.
- **Definição de abordagens e metodologias adequadas** para cada público, garantindo que a comunicação seja eficaz e acessível.
- **Divulgação de informações sobre os riscos e impactos socioambientais**, de forma clara e compreensível para as comunidades afetadas.
- **Implementação de um mecanismo de reclamação confiável**, assegurando que as partes interessadas possam relatar preocupações e receber respostas adequadas.

Além disso, no contexto deste programa, destacamos a importância da **Ouvidoria-Geral do Estado**, que desempenha um papel essencial na mediação de demandas e na promoção da transparência e participação cidadã. Sua estrutura e funcionamento serão apresentados adiante, demonstrando como o mecanismo pode ser utilizado para fortalecer o envolvimento das partes interessadas e a governança socioambiental do programa.

4. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

O processo de identificação das partes interessadas é uma etapa essencial para que se possibilite seu efetivo engajamento e deve ser executado de forma contínua ao longo do projeto. Este documento sintetiza os resultados dessa identificação e demonstra como o processo está sendo continuamente executado ao longo do projeto.

4.1. CONCEITO

As partes interessadas do projeto são definidas como indivíduos, grupos ou organizações que:

- são ou podem ser impactados direta ou indiretamente, positiva ou negativamente, pelo projeto – ‘partes afetadas’; e
- podem ter interesse no projeto, cujos interesses podem ser afetados pelo projeto e/ou têm o potencial de influenciar os desfechos do projeto de alguma forma – ‘partes interessadas’.

As partes interessadas podem ser divididas nas seguintes categorias principais, entre pessoas e organizações que:

- Influenciam diretamente a implementação do projeto (ID);
- Influenciam indiretamente a implementação do projeto (II);
- Diretamente afetados pelos resultados do projeto (DA);
- Indiretamente afetados pelos resultados do projeto (IA).

A identificação dos representantes de pessoas ou grupos é importante para o processo de comunicação e tomada de decisão com as partes interessadas. Representantes legítimos podem ser entendidos como indivíduos que foram incumbidos por outras pessoas para realizar a comunicação e defender seus interesses em instâncias específicas.

De forma geral, na relação com o projeto, os representantes têm o papel de:

- apoiar a comunicação de mão dupla entre as partes interessadas e o projeto;
- facilitar o processo de deliberação e tomada de decisão;
- fornecer informações úteis sobre as configurações locais para melhor adequação do projeto;
- atuar como elo de cooperação para execução do projeto, entre outros.

A identificação de representantes é essencial para que não existam problemas de falta de confiabilidade, adesão e adequação dos processos por eles mediados. Ao longo da execução do PROGRAMA, a legitimidade dos representantes deverá ser verificada por meio de entrevistas e conversas informais com uma amostra aleatória das partes interessadas e seus grupos. Essa investigação considerará se os referidos representantes de fato foram escolhidos pelos representados e em que medida esse processo de escolha foi democrático e inclusivo, ou seja, que permitiu a manifestação e representação dos diversos perfis e grupos.

O mapeamento levou em consideração as diferentes áreas de intervenção das atividades finalísticas do Programa:

- Fortalecimento da resiliência a inundações e outros riscos de desastres em todas as regiões de Santa Catarina;
- Investimentos no sistema de monitoramento e alerta e nas capacidades locais de resiliência;
- Gestão do Projeto e Fortalecimento da Capacidade Institucional.

Vale destacar que para realização do programa participarão direta ou indiretamente na implementação das atividades diversos órgãos do governo do estado, como a Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (órgão Executor responsável pela supervisão da implementação de todos os componentes do Programa), Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado do Planejamento, Secretaria de Estado da Infra-Estrutura, Secretaria de Estado da Administração, Secretaria de Estado da Educação, Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Economia Verde, Procuradoria-Geral do Estado e Controladoria-Geral do Estado.

4.2. PARTES INTERESSADAS IDENTIFICADAS

A seguir estão representadas as Partes Interessadas, suas características e relações com o programa, bem como sua classificação de acordo com a definição no item anterior:

ID = Influenciam diretamente a implementação do programa

- **União Federal** - Garantidor do empréstimo (operação de crédito externa).
- **Ministério da Economia/Secretaria do Tesouro Nacional** - Analista do enquadramento fiscal para obtenção da operação de crédito externo.
- **Senado Federal** - Autoriza a contratação da operação de crédito externa.
- **Assembleia Legislativa Estadual (ALESC)** - Aprova a lei que autoriza o Estado a assumir o empréstimo junto ao BIRD.
- **Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)** - Estabelece as diretrizes para a execução orçamentária e financeira do programa.
- **Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)** - Acompanhamentos e monitoramento das ações do programa.
- **Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA)** - Responsável pelo Licenciamento Ambiental necessário para execução das obras do Componente 1.
- **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde (SEMAE)** - Responsável pela emissão da outorga preventiva e outorga de direito de uso da água e pela fiscalização da segurança das barragens.
- **Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIE)** - atuará na condução das licitações de obras e serviços de supervisão, utilizando a expertise de seu corpo técnico e as boas práticas consolidadas na área.
- **Secretaria de Estado da Administração (SEA)** - condução dos processos licitatórios no âmbito do programa, excetuando-se aqueles relacionados a obras, sob responsabilidade da SIE, e as contratações diretas a cargo da SDC.
- **Secretaria de Estado da Educação (SED)** - Apoiará diretamente a execução do produto 2.2.3 – Defesa Civil na Escola, desenvolvendo iniciativas educativas e de conscientização pública que integrem o programa à rotina das unidades de ensino.

ID = Influenciam diretamente a implementação do programa

- **Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina (PGE/SC)** - Responsável pela análise e validação jurídica dos atos e instrumentos necessários à contratação e execução do empréstimo. Durante a fase de negociação, a PGE participa ativamente da revisão das minutas contratuais — como o Contrato de Empréstimo, o Acordo de Garantia e o Acordo de Contragarantia.
- **Controladoria-Geral do Estado (CGE)** - Exercerá a auditoria interna do programa, exercendo um papel essencial na fiscalização do uso dos recursos públicos do programa Santa Catarina Resiliente e garantindo que os investimentos em obras de prevenção de desastres e infraestrutura resiliente sejam aplicados de forma legal, eficiente e transparente.
- **Tribunal de Contas do Estado de SC (TCE)** - Exercerá o controle técnico e independente sobre a aplicação dos recursos públicos vinculados ao financiamento e possivelmente a auditoria externa do programa.
- **Prefeituras municipais (Itajaí, Petrolândia, Agrolândia e Pouso Redondo)** - São o primeiro ponto de reclamação de moradores e comércio local e exercem uma função importante na responsabilidade legal em emergências para alertar e evacuar áreas de risco de inundações.
- **Cooperativas, Associação de Moradores e Sindicatos** - Representantes dos moradores no apontamento de demandas. Fortalecimento da sociedade civil organizada por meio da participação direta desses no apontamento de demandas dos componentes do programa.
- **Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí e Bacias Contíguas** - Desempenham um papel fundamental na definição de prioridades e no acompanhamento da execução de obras relacionadas aos recursos hídricos, como a construção e manutenção de barragens. Entre suas funções está a aprovação do plano de recursos hídricos da bacia, que orienta ações estruturais, incluindo obras de infraestrutura hídrica. Os comitês também promovem o debate entre os diversos setores envolvidos, como usuários da água, poder público e sociedade civil, buscando consenso sobre a necessidade e os impactos dessas intervenções. Além disso, atuam na proposição e no monitoramento de projetos que visam a segurança hídrica, contribuindo para o controle de cheias, o armazenamento de água em períodos de seca e a regularização do abastecimento. Dessa forma, os comitês são essenciais para garantir que obras como barragens sejam planejadas e executadas de forma participativa, sustentável e alinhada com as necessidades da bacia.
- **Associação dos Atingidos por Barragem do Município de Pouso Redondo** - É uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 28 de março de 2017, com sede na Estrada Municipal Paulino Chequetto, Km 10, no distrito de Corruchel, em Pouso Redondo, Santa Catarina. Sua principal atividade é a defesa dos direitos sociais, especialmente daqueles impactados por obras de barragens na região.

II = Influenciam indiretamente a implementação do programa

- **Imprensa local** - Desempenha um papel crucial no apoio à divulgação do programa em suas diferentes fases, funcionando como um importante canal de comunicação entre o projeto e a comunidade. Além de informar sobre os avanços, desafios e impactos do programa, a imprensa local

II = Influenciam indiretamente a implementação do programa

contribuirá para a transparência e o acesso à informação, garantindo que a população esteja atualizada sobre o andamento das obras e as ações relacionadas. Esse apoio será fundamental para promover o engajamento social, esclarecer dúvidas e orientar os moradores sobre questões práticas e jurídicas, como procedimentos de indenização, reassentamento e compensações. Além disso, a imprensa local terá a responsabilidade de divulgar eventos de consulta pública, audiências e outras oportunidades de participação, reforçando a interação entre os diferentes stakeholders do projeto e favorecendo o diálogo aberto entre a comunidade e os implementadores do programa.

- **ONGs ambientais nacionais e locais, Movimentos sociais, Instituições acadêmicas com pesquisas sobre o rio/ecossistema, seguradoras e resseguradoras** - Essas entidades atuarão para reivindicar e definir critérios técnicos, ambientais e sociais que precisam ser atendidos, garantindo que o projeto respeite as normas de sustentabilidade e os direitos das comunidades afetadas. Além disso, essas organizações podem exercer pressão política por meio de ações civis, campanhas de conscientização e cobertura na mídia, buscando influenciar a percepção pública e as decisões de investimento. Pareceres técnicos elaborados por especialistas dessas instituições serão essenciais para orientar as ações do projeto, corrigir rumos, quando necessário, e garantir que as práticas adotadas sejam alinhadas com as melhores soluções ambientais e sociais. O envolvimento dessas entidades também é vital para assegurar que os impactos negativos sejam minimizados e que o projeto seja conduzido de maneira transparente e responsável, atendendo aos interesses coletivos e ao bem-estar das comunidades e ecossistemas locais.
- **Colegiado de Defesa Civil da Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (FECAM)** – órgão com atribuições voltadas ao apoio das ações de proteção e defesa civil executadas nos municípios catarinenses pela FECAM. Sua finalidade é analisar e orientar as rotinas relacionadas à legislação e às normas de proteção e defesa civil, de forma que, em conjunto com as demais entidades e com a Diretoria Executiva da FECAM, sejam emitidas orientações técnicas aos municípios de Santa Catarina.

DA = Diretamente afetados pelos resultados do programa

- **População residente nas proximidades das obras** - participação como parte interessada das ações do Componente 1. Durante a fase de execução das obras, esses moradores poderão ser impactados por uma série de efeitos temporários, como o aumento da poluição sonora, o tráfego intenso de maquinário pesado, a movimentação de trabalhadores e o eventual fechamento ou desvio de vias locais, o que pode afetar a mobilidade, a segurança e a qualidade de vida da comunidade.
- **Pessoas que serão removidas ou cujo terreno será alvo de desapropriação** - parte interessada das ações do Componente 1. Estão em andamento estudos técnicos e socioeconômicos para identificar com precisão a área de abrangência das barragens, os imóveis atingidos e seus respectivos proprietários, com o objetivo de garantir processos transparentes de indenização, reassentamento e diálogo com as comunidades impactadas. Esses estudos servirão de base para a construção de estratégias de mitigação e compensação social, respeitando os direitos das populações afetadas e promovendo a participação ativa no processo decisório.

DA = Diretamente afetados pelos resultados do programa

- **Municípios de Santa Catarina** - benefício direto com o **acesso a dados meteorológicos mais precisos e localizados**, fundamentais para planejamento urbano, proteção civil e prevenção de desastres.
- **Órgãos de Defesa Civil (estadual e municipais)** - aprimoramento da capacidade de monitoramento e emissão de alertas, facilitando o trabalho de prevenção, preparação e resposta a eventos extremos.

IA – Indiretamente afetados pelos resultados

- **Municípios da região do vale do Itajaí** - entre os principais benefícios estão o controle de enchentes, protegendo áreas urbanas e rurais contra alagamentos frequentes, e a garantia de abastecimento de água para consumo humano, agricultura e indústria, especialmente em períodos de estiagem. Além disso, as barragens contribuem para a regularização da vazão dos rios, o que melhora a qualidade da água e favorece o equilíbrio ambiental. Outro ponto positivo é o estímulo à economia local, com a criação de empregos diretos e indiretos durante a construção e manutenção das estruturas. A presença das barragens também pode impulsionar o turismo, gerando renda e visibilidade para os municípios da região.
- **Setor turístico local** - a construção de barragens pode impulsionar significativamente o setor turístico ao criar ambientes propícios para lazer e recreação, como pesca, esportes náuticos e passeios, além de valorizar a paisagem e atrair visitantes interessados na natureza. Esses empreendimentos também estimulam o desenvolvimento da infraestrutura local e geram novas oportunidades econômicas, como pousadas, restaurantes e eventos culturais. Além disso, as áreas no entorno das barragens podem ser utilizadas para educação ambiental e turismo científico, contribuindo para a diversificação da atividade turística e o fortalecimento da economia regional.
- **Pequenos irrigantes e pescadores a montante/jusante** - a construção de barragens pode beneficiar pequenos irrigantes e pescadores tanto a montante quanto a jusante da estrutura, desde que bem planejada e gerida. Para os pequenos irrigantes, a principal vantagem é a disponibilidade regular de água, garantindo abastecimento mesmo em períodos de seca e possibilitando o aumento da produtividade agrícola e a diversificação das culturas. Já os pescadores a montante podem se beneficiar da formação de reservatórios, que podem servir como novos ambientes de pesca, muitas vezes com introdução de espécies que favorecem a atividade pesqueira. Para os pescadores a jusante, os benefícios vêm principalmente da regulação da vazão dos rios, que evita cheias bruscas e garante maior estabilidade dos ecossistemas aquáticos, favorecendo a reprodução e a permanência das espécies. Além disso, em algumas regiões, programas de compensação e apoio técnico são oferecidos, fortalecendo a sustentabilidade dessas atividades tradicionais.
- **Agricultores e setor agropecuário** – Serão beneficiados com o acesso a dados meteorológicos mais precisos e localizados, fundamentais para o planejamento eficiente de atividades como plantio e colheita, além de facilitar a adoção de medidas preventivas contra perdas provocadas por eventos climáticos extremos, como estiagens ou tempestades.

IA – Indiretamente afetados pelos resultados

- **População da Grande Florianópolis** – Terá maior segurança frente a desastres naturais, com a ampliação da capacidade de previsão de curtíssimo prazo para eventos extremos, como chuvas intensas e alagamentos. A nova estrutura permitirá respostas mais ágeis das autoridades e maior tempo de preparação para os moradores das áreas de risco.
- **Centros de pesquisa, universidades e instituições técnicas** – Passarão a contar com uma base meteorológica ampliada, confiável e de alta resolução, favorecendo o desenvolvimento de estudos aplicados, modelos preditivos e inovações tecnológicas voltadas à mitigação dos impactos das mudanças climáticas.
- **Sociedade catarinense em geral** – Será amplamente beneficiada com o fortalecimento do sistema de monitoramento e alerta, promovendo maior segurança climática. A precisão das informações permitirá a redução de danos humanos, sociais e econômicos, aumentando a resiliência coletiva diante de eventos extremos.

5.DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES E ENVOLVIMENTO DE PARTES INTERESSADAS DURANTE A FASE DE PLANEJAMENTO

O PEPI descreve o cronograma e os métodos de envolvimento das partes interessadas durante todo o ciclo de vida do projeto e leva em consideração a opinião dessas partes, configurando-se, portanto, em um documento construído com transparência e participação. Durante o processo de elaboração do PEPI, são identificados os pontos de vista das partes interessadas, incluindo a identificação dessas partes e as propostas de contatos futuros.

5.1.FASE DE PLANEJAMENTO

Antes da instalação de empreendimentos como barragens e obras de melhoramento fluvial, é obrigatória a realização de audiências públicas nas cidades potencialmente impactadas, como parte integrante do processo de licenciamento ambiental. Esse procedimento tem como objetivo garantir a transparência, a participação popular e o controle social sobre projetos que possam causar impactos significativos ao meio ambiente e às comunidades locais.

Para viabilizar a audiência, é necessário disponibilizar com antecedência cópias físicas e digitais do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). O RIMA é um documento de linguagem acessível que resume o conteúdo técnico do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), apresentando de forma clara, objetiva e didática as possíveis consequências ambientais — positivas e negativas — da implantação do empreendimento.

A audiência pública tem por finalidade apresentar o projeto e os estudos ambientais, proporcionando um espaço de escuta ativa da população, no qual são esclarecidas dúvidas, recolhidas críticas, sugestões e contribuições ao processo decisório. Trata-se de um instrumento essencial para assegurar que a sociedade seja ouvida antes da execução de obras que afetam o território.

Além disso, durante a fase de execução das obras, serão implementadas estratégias de comunicação específicas voltadas ao engajamento e à participação ativa de todas as partes interessadas. Essas ações incluirão reuniões comunitárias, distribuição de materiais informativos, canais de atendimento direto e atualizações periódicas sobre o andamento do projeto. O objetivo é manter os cidadãos constantemente informados, fomentar a confiança mútua e garantir que eventuais impactos sejam tratados com celeridade e sensibilidade social.

Essas Audiências já foram realizadas para as atividades incluídas no Programa, conforme se apresenta na seção seguinte.

5.2.ANTECEDENTES

Nos dias 25 de junho de 2015 e 1º de julho de 2015, a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) promoveu audiências públicas com o objetivo de apresentar e discutir o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) referente ao projeto de construção das Barragens de Contenção de Cheias nos municípios de Mirim-Doce e Petrolândia, localizados no Alto Vale do Itajaí.

A primeira audiência foi realizada em 25 de junho de 2015, às 19h, no Centro Municipal de Convivência do Idoso, em Mirim-Doce, cerca de 150 pessoas participaram. Já a segunda audiência ocorreu em 1º de julho de 2015, também às 19h, no Parque de Exposições – Grupo da Terceira Idade, em Petrolândia. Ambas as sessões contaram com a presença de representantes da FATMA, técnicos responsáveis pelos estudos ambientais,

autoridades locais e membros da comunidade. Considerando as manifestações recebidas e a ausência de objeções formais quanto à continuidade do projeto, foram retomados os estudos técnicos e a elaboração dos documentos necessários para a execução das obras.

Como parte desse processo, foi contratada uma empresa especializada para realizar o levantamento e o mapeamento detalhado das áreas que deverão ser desapropriadas referente aos barramentos. A apresentação da empresa responsável pelos trabalhos foi realizada por técnicos da Secretaria de Estado da Defesa Civil (SDC), com o acompanhamento de uma assistente social, visando garantir o diálogo transparente e o suporte necessário aos moradores. Os atendimentos ocorreram de forma individualizada, diretamente com cada pessoa afetada, a fim de esclarecer dúvidas, apresentar os critérios de desapropriação e coletar informações relevantes sobre a situação de cada propriedade.

O RIMA permaneceu disponível para consulta nas bibliotecas da FATMA, EPAGRI, AMAVI, nas sedes da Defesa Civil, bem como nas prefeituras dos municípios diretamente afetados: Mirim-Doce, Petrolândia, Braço do Trombudo e Rio do Sul.

Uma terceira audiência pública foi realizada em 1º de julho de 2018 para que a comunidade de Petrolândia conhecesse e esclarecesse dúvidas sobre o projeto das barragens de contenção de cheias nos rios tributários Taió, Perimbó e Braço do Trombudo. O Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) foram re-apresentados e os principais impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes da implantação das barragens discutidos, com espaço aberto para esclarecimentos e manifestações da população. Essa abordagem teve como objetivo assegurar que os atingidos fossem informados de maneira clara e humanizada, respeitando seus direitos e promovendo a escuta ativa das demandas específicas de cada família envolvida no processo.

Em continuidade ao debate sobre o tema, no dia 24 de outubro de 2019, às 19h, foi realizada uma Audiência Pública no Salão da Igreja Matriz, no centro de Pouso Redondo/SC, promovida pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por meio da Comissão de Turismo e Meio Ambiente. O evento reuniu representantes de diversos órgãos governamentais, instituições da sociedade civil e cerca de 1.200 moradores do município. A audiência foi marcada por uma posição unânime contrária à construção da barragem a jusante da sede municipal, com forte manifestação da população local contra os impactos negativos do projeto sobre o meio ambiente e o modo de vida das comunidades atingidas.

Referente ao projeto de melhoramento do Canal Retificado do Rio Itajaí-Mirim e dando sequência ao debate sobre intervenções na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, no dia 1º de abril de 2015 foi realizada uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Itajaí, com o objetivo de apresentar e discutir o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). A sessão contou com a participação de representantes da Secretaria de Estado da Defesa Civil, da Fundação do Meio Ambiente (FATMA), da Prefeitura e da Secretária de Desenvolvimento Regional de do Município de Itajaí, além de técnicos responsáveis pelos estudos ambientais e diversos membros da comunidade local.

Durante o evento, foram detalhadas as principais intervenções previstas no projeto, entre elas a construção de duas comportas de regulação no leito do rio. A primeira visa conter alagamentos na área urbana de Itajaí provocados pela influência da maré e pelo aumento da vazão do Rio Itajaí-Açu. A segunda tem como objetivo mitigar enchentes originadas em regiões como Brusque, Botuverá e Barracão. Também estão previstas ações de desassoreamento do leito antigo do rio, contenção e aprofundamento do canal retificado, instalação de gabiões para estabilização das margens e construção de diques para proteção de áreas situadas abaixo da cota de três metros.

O RIMA foi apresentado de forma pública, com espaço aberto para esclarecimentos e manifestações por parte da população presente. Considerando o apoio majoritário ao projeto e a ausência de objeções formais durante a audiência, foi anunciado pelas autoridades estaduais o seguimento dos trabalhos para obtenção das licenças ambientais necessárias e a realização de estudos complementares, caso se mostrem exigidos pelos órgãos competentes.

No mesmo contexto, é importante destacar que, em 14 de dezembro de 2017, durante assembleia do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, a Secretaria de Estado da Defesa Civil (SDC) apresentou a proposta do Projeto de Prevenção de Desastres na Bacia do Rio Itajaí. O Comitê, reconhecido por sua composição plural e caráter técnico — reunindo representantes do poder público, sociedade civil organizada e instituições acadêmicas —, tem se consolidado como instância legítima e estratégica para o debate e validação de intervenções estruturais de grande relevância na bacia, como as barragens de contenção de cheias baseadas nos estudos da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

No âmbito do Processo CAT nº 01/2015, a Assembleia Geral Ordinária do Comitê, realizada em 18 de março de 2015, deliberou pelo encaminhamento da proposta de construção de duas barragens no município de Pouso Redondo à sua Câmara Técnica (CAT), com o objetivo de realizar uma análise aprofundada e emitir parecer técnico. Entre abril e agosto de 2015, a CAT promoveu seis reuniões, com ampla participação de técnicos da Defesa Civil, especialistas, representantes comunitários e membros de diversas entidades públicas e privadas, garantindo um processo de debate técnico qualificado e transparente.

A análise foi embasada em diversos documentos e estudos de referência, incluindo o Plano Diretor da JICA (2011), o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Itajaí, o Plano de Prevenção e Mitigação de Riscos de Desastres (PPRD), além dos projetos básicos elaborados pela SDC e consórcios contratados. O parecer técnico emitido pela CAT apontou que as barragens propostas (Pombas Montante e Jusante) estão alinhadas às diretrizes do Plano da JICA quanto à localização estratégica e à função de armazenamento de cheias. Também foram tecnicamente classificadas como pequenas barragens, conforme a Resolução CNRH nº 143/2012, atendendo aos critérios estabelecidos no Plano de Recursos Hídricos da Bacia.

Além disso, o parecer reconheceu que as barragens representam uma medida estruturante importante para a mitigação de desastres na bacia, em consonância com o princípio de armazenar a água da chuva tanto quanto possível. Ainda que tenham sido identificados pontos a aprimorar na governança e integração institucional — como a definição clara das responsabilidades pela operação, segurança e outorga das estruturas —, o parecer demonstrou apoio técnico às obras e reforçou a importância de seu papel no conjunto de ações integradas para a redução dos riscos hidrológicos.

Apesar da existência de manifestações contrárias por parte de alguns moradores de Pouso Redondo, preocupados com os impactos locais, o processo conduzido pelo Comitê evidenciou que o projeto recebeu também diversas manifestações favoráveis, especialmente por parte de técnicos, gestores e representantes institucionais, que reconheceram o potencial das barragens para aumentar a resiliência da bacia frente a eventos extremos. A atuação do Comitê e da CAT foi fundamental para equilibrar as visões apresentadas, buscando construir consenso técnico e social em torno de uma agenda de prevenção qualificada, estruturada e com base em evidências.

Já em 2025, dando sequência ao processo de avaliação de implantação das barragens, realizou-se o Estudo de Impacto da Implantação de Barragens de Contenção de Cheias no Município de Rio do Sul, que analisou, de forma comparativa, cenários com e sem a implantação de seis barragens no Alto Vale do Itajaí, com foco no município de Rio do Sul. Foram avaliados diferentes períodos de retorno e durações de chuva, indicando reduções significativas nas áreas inundadas e nos riscos hidrodinâmicos. Os resultados apontaram a exclusão de até 587 edificações das manchas de inundação e diminuição de até 2,43 m no nível da água na região

central para TR de 50 anos, além de redução aproximada de 30% no número de estruturas em risco elevado (H3), o que representa ganho expressivo em segurança, especialmente para populações vulneráveis.

Nesse contexto, embora os picos de cheia não sejam substancialmente alterados em eventos de chuvas mais prolongadas, as barragens demonstraram capacidade de deslocar áreas críticas para faixas de menor risco e reduzir a vulnerabilidade das edificações. Considerando que as simulações adotaram operação conservadora, estima-se que os benefícios reais possam ser ainda maiores com estratégias de operação otimizadas. Em síntese, a construção e operação das seis barragens configuram-se como medida estruturante e estratégica para proteção de vidas, redução de danos materiais e fortalecimento da resiliência urbana e regional diante de eventos extremos, alinhando-se aos objetivos de segurança e sustentabilidade estabelecidos no MGAS.

5.3. ENGAJAMENTO COM AS PARTES ENVOLVIDAS

O Programa com o Banco Mundial foi divulgado pelo governo do Estado de Santa Catarina por diversos meios – páginas oficiais na internet e mídias sociais – quando da aprovação de sua preparação pelo governo federal em setembro de 2024 (exemplarmente, <https://www.defesacivil.sc.gov.br/2024/09/28/comissao-de-financiamentos-externos-autoriza-emprestimo-d-e-us-1192-milhoes-para-obras-de-defesa-civil-em-sc/> e <https://www.instagram.com/p/DAb2zTlvhUL/>). Por meio das mídias sociais, centenas de postagens com a opinião da sociedade catarinense foram recebidas, mais de 90% de natureza positiva. A Secretaria de Defesa Civil e Proteção Social continuou a manter a sociedade informada por meio desses canais a cada etapa de avanço da preparação do Projeto.

Nesses meios de divulgação informou-se sobre o valor e prazo de execução do Projeto, seus objetivos, sua área de intervenção e a abrangência do escopo de atividades, destacando a execução de obras de infraestrutura para minimizar os riscos de inundação no Vale do Itajaí, como barragens e contenção de cheias, a elaboração de planos de redução de risco de desastres para as 15 bacias hidrográficas de SC, com foco principal nas populações mais expostas e vulneráveis e a ampliação da capacidade de monitoramento e emissão de alertas antecipados do Estado, incluindo o desenvolvimento de sistemas de informação

Em 2025, a Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina intensificou suas ações de engajamento com as partes interessadas no Programa.

Entre março e abril de 2025, a SDC realizou uma série de seminários mesorregionais com o objetivo de fortalecer as Defesas Cíveis municipais e apresentar os serviços, estratégias e investimentos previstos pelo Governo do Estado. O primeiro encontro ocorreu em 27 de março, na sede da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS), em Florianópolis, reunindo representantes de 67 municípios. Na sequência, os seminários foram realizados em: Xanxerê (03/04), com a participação de 52 municípios; Blumenau (08/04), reunindo representantes de 45 municípios; e Lages (15/04), com presença de 36 municípios.

Durante os encontros, foram abordadas pautas prioritárias como a estruturação das Defesas Cíveis locais, o avanço dos projetos de barragens de contenção de cheias, a ampliação da rede de monitoramento hidrometeorológico e a aquisição de um novo radar meteorológico para cobertura do território catarinense. A apresentação dessas ações teve como objetivo esclarecer o planejamento estadual e integrar as administrações municipais às iniciativas estruturantes em curso.

No seminário realizado em Blumenau com cerca de 200 representantes de 60 municípios do Vale do Itajaí foram realçados os avanços feitos para o financiamento da construção das barragens de contenção de cheias (incluindo o Projeto) e, nesse evento, os participantes também manifestaram apoio à construção das

barragens e às obras de melhoramento fluvial, entendendo-as como fundamentais para a proteção da vida, da infraestrutura e da economia local. A recepção às ações da Defesa Civil estadual foi positiva, com reconhecimento à importância do planejamento integrado, da comunicação direta com os municípios e da adoção de medidas de prevenção estruturantes.

Em março de 2025, foi realizada, na sede da SDC, em Florianópolis, uma oficina sobre o Programa, com a participação da equipe do Banco Mundial e de representantes estaduais e municipais de defesa civil. O evento reuniu 42 participantes, entre eles representantes dos municípios de Brusque, Itajaí, Gaspar, Blumenau e Rio do Sul, bem como de outros órgãos e entidades. Na ocasião, foram debatidos os aspectos técnicos do Programa — incluindo questões ambientais e sociais — e analisadas as alterações necessárias em seu escopo de atividades.

Em 3 de junho de 2025, o Secretário de Estado da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina participou de reunião da Associação Comercial e Industrial de Blumenau e fez apresentação sobre as principais iniciativas do Governo de Santa Catarina para a prevenção e mitigação de desastres naturais, com ênfase nas ações voltadas ao Vale do Itajaí e destacando a construção das futuras barragens em Botuverá (com um investimento previsto de R\$140 milhões), Mirim Doce (com um investimento previsto de R\$90 milhões) e Petrolândia (com um investimento previsto de R\$70 milhões pelo Programa).

Entre março e julho de 2025, a SDC aprofundou o engajamento junto aos municípios do Alto Vale do Itajaí onde se prevê a construção de novas barragens de contenção de cheias com o objetivo de esclarecer dúvidas, promover o diálogo e alinhar expectativas em torno dessas obras - incluindo as que serão construídas pelo Programa. Entre os meses de abril e julho de 2025, foram realizadas visitas técnicas a localidades estratégicas, conduzidas pessoalmente pelo Secretário de Estado da Proteção e Defesa Civil, reforçando o compromisso do Governo com a transparência, a cooperação institucional e o fortalecimento da resiliência climática no território catarinense.

As visitas ocorreram nos municípios de Mirim Doce (02/04), Braço do Trombudo (14/04), Pouso Redondo (14/04) e Agrolândia (06/07). Além da pauta relacionada às barragens, também foram discutidas ações complementares como desassoreamento de rios, recuperação de pontes, elaboração de planos de contingência e a aquisição de novos equipamentos para as Defesas Civas municipais. Em todos os encontros, participaram prefeitos, lideranças locais e equipes técnicas, demonstrando o interesse conjunto em avançar na implementação das soluções propostas.

Nas cidades de Mirim Doce e Petrolândia, além das reuniões nos gabinetes dos prefeitos, foram realizadas visitas técnicas aos locais previstos para a implantação das estruturas. Essa abordagem de campo permitiu uma análise mais detalhada das condições ambientais e operacionais, facilitando a compreensão das particularidades e desafios de cada região.

Durante os encontros, foram registradas manifestações favoráveis por parte das lideranças municipais e comunitárias à construção das barragens, reconhecendo a urgência de obras estruturantes para contenção de cheias. Prefeitos e representantes locais destacaram o impacto recorrente dos eventos climáticos extremos na economia regional e na segurança da população, e reforçaram que os empreendimentos são aguardados há décadas como soluções permanentes para reduzir os prejuízos e promover desenvolvimento seguro nas áreas mais vulneráveis.

No caso de Pouso Redondo, especificamente, o prefeito manifestou preocupação com a proposta de construção da barragem a jusante, visto que o perímetro urbano já avançou sobre a área originalmente projetada para o reservatório. Por outro lado, a barragem a montante foi recebida com maior aceitação, sobretudo pela possibilidade de a estrutura ser utilizada também para captação e abastecimento de água,

agregando valor e benefícios diretos à população.¹ Como encaminhamento, a Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil está avaliando, junto à equipe técnica, a viabilidade de realocação da barragem a jusante (que não integra mais o Programa). Paralelamente, o projeto da barragem a montante foi apresentado à diretoria da CASAN, que iniciou estudos para verificar a possibilidade de uso múltiplo da estrutura.

As visitas foram positivas, com recepção bastante amigável por parte das autoridades locais. No entanto, foi constatado que existem muitas dúvidas sobre o processo e os projetos das obras. Em todas as reuniões, os representantes municipais solicitaram maior clareza e transparência em relação aos procedimentos e detalhes técnicos. O objetivo desta primeira rodada de reuniões foi justamente aproximar as partes envolvidas, esclarecer dúvidas iniciais e colocar a equipe técnica à disposição para um diálogo aberto e colaborativo. A realização das visitas técnicas e dos seminários reflete o compromisso do Governo de Santa Catarina com uma gestão integrada de riscos e desastres, promovendo soluções conjuntas com os municípios e garantindo que os investimentos em obras estratégicas — como as barragens — estejam alinhados às necessidades locais, sejam compreendidos pelas comunidades e executados com o apoio efetivo das administrações municipais.

A SDC também realizou uma apresentação do Programa em julho/2025 à Diretoria da Fecam e ao Colegiado de Defesa Civil da Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (FECAM). Durante a reunião, foram expostos os objetivos do Programa, as obras e ações previstas, os potenciais riscos e impactos ambientais e sociais, bem como as estratégias de engajamento das partes interessadas, enfatizando a importância da parceria institucional para apoiar a sua implementação nos municípios catarinenses.

O Coordenador do Colegiado ressaltou a necessidade de fortalecer a articulação entre os municípios e a SDC, de forma a otimizar a execução das obras e ações previstas. Também destacou a importância de adequar a comunicação e as orientações técnicas às realidades e capacidades operacionais de cada município, garantindo que as informações sejam claras e aplicáveis. Ressaltou ainda a relevância de promover capacitações periódicas para as equipes municipais de defesa civil, com foco na gestão de riscos, prevenção e resposta a desastres.

Outro ponto mencionado foi a conveniência de manter canais permanentes de diálogo com as associações e consórcios regionais, permitindo o acompanhamento contínuo das intervenções e a troca de informações estratégicas. Por fim, o Coordenador reforçou a oportunidade de ampliar ações educativas voltadas à população, a fim de promover a conscientização e a participação comunitária nas iniciativas de prevenção e mitigação de riscos.

Também no mês de julho de 2025, foi realizada uma consulta com moradores da Área Diretamente Afetada pela construção e formação da área de alagamento da Barragem do Rio Perimbó (no município de Petrolândia). Foram ouvidos os proprietários de 32 imóveis identificados como necessários para desapropriação. A iniciativa teve como objetivo colher percepções e esclarecer dúvidas sobre a obra e seus impactos.

¹ Vale ressaltar que, em 19 de março de 2025, a Prefeitura Municipal de Pouso Redondo havia encaminhado o Ofício nº 062/2025 (SDC 1138/2025) ao Banco Mundial, manifestando de forma oficial sua desaprovação à construção dessa barragem no território do município, destacando os prejuízos socioambientais e a rejeição da população ao empreendimento.

Preocupações relacionadas ao processo de desapropriação, à perda de áreas produtivas, à definição do traçado das novas vias de acesso e à necessidade de maior diálogo com o poder público foram realçadas.

De forma geral, muitos proprietários reconhecem avanços em relação ao processo anterior de desapropriação da área do barramento, destacando pontos positivos em relação à melhoria nos critérios de avaliação das terras e à inclusão das áreas de preservação permanente (APP) no cálculo das indenizações. No entanto, alguns manifestaram o desejo de que as APPs não contempladas nas indenizações anteriores também sejam devidamente compensadas nesta nova etapa.

A perda de áreas produtivas figura entre as principais preocupações relatadas. Diversos moradores demonstraram apreensão com a possibilidade de que as estradas projetadas para substituir as rotas atualmente existentes atravessem áreas produtivas remanescentes ou benfeitorias que não estão dentro da área oficialmente desapropriada, acarretando prejuízos adicionais não previstos. Outros destacaram sua preocupação de que os imóveis remanescentes após a desapropriação fiquem com menos da metade da área original, comprometendo significativamente a viabilidade econômica das propriedades e inviabilizando a continuidade das atividades agropecuárias desenvolvidas pelas famílias. Também foram levantadas questões sobre prazos para a desocupação, compensações por custos de mudança e a complexidade de restabelecer a produção em novas áreas.

A maioria dos moradores destacou a necessidade de maior diálogo com o poder público e reivindicou uma abordagem mais sensível aos impactos sociais, econômicos e emocionais causados pela perda de suas propriedades ou parte delas.

Considerando as manifestações e preocupações apresentadas durante a consulta, a Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (SDC) encaminhou consulta à assessoria jurídica competente para confirmar a possibilidade de realizar a indenização total dos imóveis de forma administrativa, nos casos em que a viabilidade produtiva das propriedades remanescentes estiver comprometida ou onde a fragmentação da área afete significativamente sua função original, que se fará constar no Marco da Política de Reassentamento do Programa.

A Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (SDC) está promovendo uma consulta pública online sobre o Programa SC Protegida e Resiliente, com foco na identificação e avaliação de seus riscos, bem como de seus impactos ambientais e sociais. A consulta está disponível no endereço eletrônico: <https://www.defesacivil.sc.gov.br/programa-sc-protegida-e-resiliente>, permitindo que cidadãos, instituições e demais partes interessadas contribuam com sugestões e observações para o aprimoramento do Programa.

5.4.DIVULGAÇÃO E CONSULTA DO PEPI

A versão preliminar do PEPI será disponibilizada para consulta pública por meio da página eletrônica da Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina (SDC/SC): <https://www.defesacivil.sc.gov.br/programa-sc-protegida-e-resiliente>. Para garantir a ampla participação das partes interessadas, a Diretoria do Programa de Financiamento do Banco Mundial (Diretoria/UGP) divulgará, nesta mesma página, um informativo com convite à consulta e indicação do formulário eletrônico destinado ao envio de contribuições.

Adicionalmente, o convite para participação será enviado por e-mail a entidades representativas dos diferentes segmentos envolvidos. A consulta pública permanecerá aberta por um período mínimo de **30 dias corridos**, contados a partir da data de publicação do informativo no site da SDC/SC. Durante esse período, os

interessados poderão enviar suas contribuições exclusivamente por meio do formulário eletrônico que será informado no convite e na página institucional da SDC.

Todas as contribuições recebidas serão analisadas pela equipe responsável e, conforme sua pertinência e relevância técnica, poderão ser incorporadas à versão final do PEPI. Um anexo contendo o registro das sugestões recebidas e a forma como foram tratadas será incluído na versão final do documento, que também será divulgada por meio da página da SDC/SC.

Versão para consulta

6. GESTÃO DA COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS DURANTE A FASE DE IMPLEMENTAÇÃO

Os principais instrumentos de comunicação de informações relevantes do Programa serão a página eletrônica dedicada ao projeto no site da SDC/SC e as mídias eletrônicas institucionais da Secretaria. Considerando o conjunto de obras previstas, bem como os potenciais riscos e impactos ambientais e sociais, as distintas áreas geográficas de intervenção e as necessidades específicas das diferentes partes interessadas, são propostas estratégias diferenciadas de engajamento ao longo da fase de implementação.

Essas estratégias têm como objetivo promover a conscientização e o entendimento das comunidades locais sobre a importância das obras previstas no Programa, destacando seus benefícios, cuidados necessários para preservação ambiental e medidas de segurança associadas. Busca-se, assim, estabelecer canais eficazes de comunicação com a comunidade e demais partes interessadas, garantindo informações claras, atualizadas e acessíveis sobre cada etapa de execução.

As atividades de comunicação e engajamento são as apresentadas no Quadro 01 a seguir:

Quadro 01 - Plano de Comunicação e Engajamento com Partes Interessadas – Programa SC Resiliente

Classificação	Grupo de Interesse	Estratégia de Comunicação e Engajamento	Canais	Frequência	Responsável
ID	Ministério da Economia, Senado Federal, ALESC, TCE	Relatórios técnicos e financeiros, resposta formal a consultas e recomendações.	Relatórios, ofícios, audiências.	Semestral ou conforme demanda	SEF + Diretoria/Diretoria/Diretoria/Dir etoria/Diretoria/UGP
	Prefeituras (Itajaí, Agrolândia, Pouso Redondo etc.)	Reuniões de alinhamento sobre os impactos, Manuais de procedimentos em emergências, alertas e evacuação, apoio à comunicação local.	Reuniões presenciais, WhatsApp, e-mail, rádio comunitária	Pontual por fase	SDC + Equipe Local
DA	População nas áreas de obras	Consultas públicas presenciais nas comunidades, visitas porta a porta, materiais informativos acessíveis, comunicados em redes sociais e mídias locais.	Folhetos, cartazes, vídeos, reuniões, WhatsApp, rádio comunitária, canal de atendimento das Construtoras e Supervisoras..	Por fase / Contínuo	IMA + Consultoria socioambiental + Ouvidoria + Construtoras + Supervisoras
	Pessoas desapropriadas ou reassentadas	Atendimento individualizado, reuniões (domiciliares e/ou comunitárias) informativas sobre as obras a serem realizadas, às necessidades de desapropriação, as formas de compensação oferecidas, a metodologia de avaliação dos bens afetados, os prazos de execução, os usos futuros da área desapropriada, canal de ouvidoria.	Visitas domiciliares, reuniões comunitárias com o grupo de pessoas afetadas, telefone, Ouvidoria-Geral	Por fase / Conforme impacto	SDC + Equipe Jurídica / Social + Ouvidoria

Classificação	Grupo de Interesse	Estratégia de Comunicação e Engajamento	Canais	Frequência	Responsável
	Defesa Civil Estadual e Municipal	Capacitações, integração nos sistemas de alerta, protocolos operacionais.	Reuniões técnicas, oficinas, materiais internos	Bimestral / Conforme calendário	SDC + Diretoria/UGP
II	Imprensa local/regional	Notas e releases periódicos, especialmente em momentos críticos (início de obras, audiências, entregas), relacionamento direto, cobertura de eventos públicos.	E-mail, WhatsApp, press-release, coletivas, entrevistas de técnicos do projeto	Mensal / Conforme marcos	ASCOM + SECOM
	ONGs, movimentos sociais, instituições acadêmicas	Workshops técnicos, acesso a relatórios, fóruns participativos	Plataformas online, e-mail, reuniões temáticas	Trimestral / Sob demanda	Equipe Ambiental e Social
IA	Sociedade catarinense em geral	Campanhas informativas, Sistema de alerta via SMS e aplicativos, Website atualizado com painéis de monitoramento e documentos públicos, Eventos de conscientização sobre mudanças climáticas, comunicados via imprensa local	Redes sociais, SMS, site institucional, rádio e TV	Permanente	ASCOM + SECOM
	Setor agropecuário, irrigantes, pescadores	Divulgação sobre impactos, benefícios e previsões climáticas	Comunicação direta via Associações de classe, entrevistas e divulgação via rádios locais, encontros setoriais	Por fase / Conforme relevância	SDC + Prefeituras + Cooperativas locais
	Setor turístico	Divulgação de benefícios indiretos, potencial de lazer e recreação.	Folders, mídia regional, reuniões	Por fase / conforme obras	SDC + SECOM
	Centros de pesquisa e universidades	Compartilhamento de dados meteorológicos e relatórios técnicos.	Envio de Bases de dados, comunicação direta via email, convênios, workshops	Permanente / Por demanda	SDC
Transversal	Mecanismo de Queixas (todos os públicos)	Canal como canal padrão e transversal de divulgação de informações sobre o projeto (incluindo um boletim mensal de notícias sobre avanços em sua implementação) - o website do Programa.	Ouvidoria-Geral do Estado, e local das obras, WhatsApp, formulários, telefone.	Permanente	Ouvidoria-Geral do Estado + Diretoria/UGP + Supervisora

Como resultado dessas ações, espera-se ampliar a conscientização e o engajamento da comunidade em relação às obras do Programa — em especial as barragens de contenção de cheias — e às práticas ambientais, fortalecer a comunicação de forma eficaz, incentivar maior participação popular em iniciativas de

proteção ambiental e gestão de riscos, além de assegurar transparência e retorno contínuo de informações, promovendo um ciclo permanente de diálogo e aprimoramento das práticas.

Versão para consulta

7. RESPOSTA E RESOLUÇÃO DE QUEIXAS

A gestão adequada das queixas e reclamações relacionadas ao projeto é um dos pilares fundamentais do presente Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI). Um processo eficaz de atendimento e resolução de reclamações fortalece a transparência, amplia o diálogo com as partes interessadas e contribui para a mitigação de impactos socioambientais.

Para garantir um atendimento acessível e eficiente, serão implementadas ações específicas para o recebimento, análise e resolução de queixas, sempre respeitando princípios de imparcialidade, confidencialidade, transparência e acessibilidade.

O Mecanismo de Atendimento a Reclamações tem como principal objetivo registrar, responder e resolver as queixas de maneira oportuna, eficaz e satisfatória para todas as partes envolvidas. Esse mecanismo deve garantir que:

- As pessoas afetadas por intervenções específicas do projeto tenham um canal seguro para expressar suas preocupações e relatar impactos adversos.
- O público em geral possa apresentar reclamações sobre o desempenho ambiental e social do projeto.
- As respostas sejam fornecidas de forma clara, tempestiva e alinhada aos compromissos do projeto.

Além disso, o Mecanismo de Atendimento a Reclamações deve ser estruturado para garantir que todas as queixas sejam documentadas e processadas conforme um fluxo definido, permitindo acompanhamento contínuo e prestação de contas. A confidencialidade será assegurada, especialmente em casos que envolvam grupos vulneráveis ou riscos de represália.

A SDC estabelecerá um Mecanismo de Atendimento a Reclamações, em conformidade com as Normas Ambientais e Sociais (NAS) do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), garantindo que ele seja adequado aos públicos potencialmente afetados e outras partes interessadas.

A Diretoria do Programa de Financiamento do Banco Mundial (Diretoria/UGP) atuará em constante coordenação com os especialistas em gestão social e ambiental do BIRD, assegurando o cumprimento do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS). Dessa forma, o acompanhamento dos casos seguirá os procedimentos estabelecidos nos acordos e contratos do projeto, garantindo que todas as demandas sejam devidamente tratadas.

Por meio desse mecanismo estruturado e acessível, busca-se garantir que todas as preocupações e impactos relatados sejam analisados de forma criteriosa, promovendo soluções justas, transparentes e eficazes para todas as partes envolvidas.

A existência de um canal formal para reclamações fortalece o relacionamento com a comunidade e as demais partes interessadas, criando um ambiente de confiança, diálogo e cooperação mútua. Além disso, permite a implementação de ações corretivas eficazes, reduzindo riscos socioambientais e reforçando o compromisso do projeto com a participação social e a sustentabilidade.

7.1.DESCRICÃO DO MECANISMO DE QUEIXAS (MSQ)

A Ouvidoria-Geral do Estado é hoje o principal canal de comunicação para que qualquer cidadão registre manifestações sobre as políticas públicas, serviços e ações do Estado. É possível ter acesso através dos sites dos órgãos públicos do executivo estadual, empresas públicas e fundações, bem como em QRCodes em materiais impressos e afixados em prédios públicos direcionando para o site, a exemplo do Programa de Prevenção Assédio Sexual no Ambiente de Trabalho, de responsabilidade da Controladoria-Geral do Estado (CGE).

Além disso, o site da SDC dará destaque ao projeto, apresentando de forma clara e acessível os canais de comunicação disponíveis para o envio de reclamações, denúncias, solicitações, elogios e sugestões relacionadas à iniciativa.

O mecanismo central para resposta a pedidos de informações e resolução de queixas do Programa será a Ouvidoria Setorial da SDC/SC, que já se encontra implantado e integra o sistema da Ouvidoria-Geral do Estado de Santa Catarina (<https://ouvidoria.sc.gov.br/cidadao/>). Por meio dele, os cidadãos poderão encaminhar solicitações, denúncias, sugestões, reclamações ou elogios ao estado.

As solicitações, queixas e denúncias poderão ser enviadas pelos seguintes canais:

- por telefone: 0800-6448500.
- pela internet: <https://ouvidoria.sc.gov.br/cidadao/> ou <https://www.defesacivil.sc.gov.br/>
- presencialmente:
 - na Coordenadoria-Geral dos COREDECs e nas 20 (vinte) Coordenadorias Regionais da SDC;
 - na sede da SDC, na capital do estado.

Os canais disponíveis para recebimento de solicitações, queixas e denúncias serão divulgados por meio de todos os materiais de comunicação produzidos sobre o Programa.

Após o recebimento da manifestação pelo sistema, a responsabilidade da triagem é da Controladoria-Geral do Estado de Santa Catarina (CGE), que confirma imediatamente ao usuário, por e-mail e/ou telefone, o número de atendimento. Os usuários que informarem e-mail válido durante o processo de registro da manifestação, receberão automaticamente respostas por e-mail. Os que não o fizerem poderão monitorar a resposta a sua manifestação através da página eletrônica <https://ouvidoria.sc.gov.br/cidadao/>.

Após a triagem, a CGE encaminha a solicitação à Ouvidoria da SDC para processamento. A investigação é da responsabilidade da SDC, por intermédio da unidade gestora. A formulação da resolução proposta é de responsabilidade da SDC, no que couber, e comunicada ao solicitante por meio da Ouvidoria (SDC ou CGE).

Após o recebimento da resposta, o usuário pode se manifestar pelos mesmos canais quanto à sua conformidade ou não com a solução apresentada.

Destaque-se ainda que:

- este mecanismo também possibilita ao usuário executar sua reivindicação em modo anônimo ou inserir sigilo em seus dados;
- as solicitações, queixas e denúncias recebidas são registradas e mantidas numa base de dados;

- o uso deste mecanismo não impede o acesso a recursos judiciais ou administrativos.

O mecanismo central para resposta a pedidos de informações e resolução de queixas será igualmente divulgado junto aos trabalhadores do Programa, destacando que estes também podem usá-lo.

Segundo a Lei 12.527/2011 e o Decreto Estadual nº 1.048/2012, o prazo máximo de resposta é de trinta dias corridos, por escrito, ao autor da queixa ou denúncia, detalhando os próximos passos a serem tomados, incluindo a transferência para uma autoridade superior, quando apropriado.

As queixas, reclamações, denúncias e demais manifestações serão registradas pelo Projeto, em instrumento a ser especificamente desenvolvido para este fim, com as respectivas informações, data de registro e encaminhamentos. Será constituída uma base de dados para consulta e gerenciamento das manifestações e encaminhamentos.

7.2.CANAIS DE ATENDIMENTO DAS CONSTRUTORAS

Adicionalmente, cada empresa contratada para supervisão das obras deverá disponibilizar um canal de atendimento aos cidadãos para receber solicitações, queixas e denúncias relacionadas às obras. Esse canal, sob responsabilidade de uma equipe de ação social e comunicação com as comunidades, será amplamente informado às populações das regiões afetadas e nas placas de sinalização das obras. Os atendimentos realizados por meio desse canal de atendimento deverão ser reportados mensalmente à equipe da Unidade Gestora do Programa para registro. Solicitações, reclamações e denúncias que não possam ser resolvidas diretamente pela empresa contratada deverão ser comunicadas imediatamente à equipe da Unidade Gestora do Programa para encaminhamento e resolução.

8. RECURSOS E RESPONSABILIDADES VINCULADOS À IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE ENVOLVIMENTO DE PARTES INTERESSADAS

8.1. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DE GESTÃO

A Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (SDC), por meio da Unidade Gestora do Programa, será responsável pela coordenação geral das atividades de engajamento das partes interessadas nas obras, com o apoio da Diretoria de Obras de Projetos Especiais (DIOP) e, quando necessário, das demais diretorias. Todas as ações deverão ser devidamente documentadas por meio de relatórios periódicos contendo atas de reuniões, registros fotográficos, comunicações e demais evidências pertinentes.

Para todas as barragens serão realizados processos licitatórios para a contratação de empresa especializada para a execução do Plano Básico Ambiental (PBA). Cabe a essa empresa a implementação dos Programas de Comunicação Social (PCS) e Educação Ambiental (PEA), os quais constituem medidas mitigadoras dos impactos previstos. Tais programas têm como finalidade promover a conscientização socioambiental dos envolvidos nas obras e, principalmente, das comunidades do entorno, considerando as especificidades de cada local.

As empresas contratadas para a execução do PBA atuarão como principal interlocutora entre o empreendimento e a população local, assumindo a responsabilidade de conduzir o diálogo com as comunidades durante a fase de viabilização e execução das obras. Esse papel inclui a realização de ações informativas e educativas, a escuta ativa da população e a mediação de conflitos ou questionamentos, assegurando que as preocupações sociais e ambientais sejam tratadas de forma transparente e participativa.

Além disso, deverão ser mantidos canais permanentes de comunicação abertos à população, integrando o Mecanismo de Gestão de Informações e Reclamações do Programa, por meio de plataformas como site institucional, pontos físicos nos locais das obras e meios digitais (telefone, WhatsApp e e-mail). O especialista socioambiental das empresas contratadas para a execução do PBA será o responsável por receber, registrar, encaminhar e acompanhar a resolução das manifestações recebidas.

A contratada encaminhará à Unidade Gestora do Programa uma planilha com o registro de todas as ocorrências e providências adotadas. As demandas mais comuns esperadas incluem questões sobre impactos diretos das obras, comportamento inadequado de equipes de campo, riscos à saúde e segurança da comunidade, uso de equipamentos e infraestrutura, bem como possíveis exposições a doenças.

As empresas supervisoras, por sua vez, deverão atuar como agentes de articulação entre a construtora, a comunidade e a Unidade Gestora do Programa, avaliando a condução das obras, o relacionamento com os públicos locais e o grau de aceitação social das intervenções. Elas também poderão receber diretamente manifestações nos locais das obras, sendo responsáveis por processá-las, classificá-las e encaminhá-las aos respectivos responsáveis, com relatórios mensais à Unidade Gestora.

As estratégias, metodologias e aprendizados decorrentes da implementação dos Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental nas obras das primeiras barragens serão replicados e ajustados para as demais intervenções do programa, garantindo coerência, eficácia e continuidade das ações de engajamento socioambiental.

8.2.RECURSOS

A Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (SDC) será responsável pelas atividades de envolvimento de partes interessadas, sendo que os custos referentes à implementação do PEPI estão alocados no Componente de Gestão do Projeto e Fortalecimento da Capacidade Institucional.

Os principais custos são referentes aos profissionais que serão responsáveis por executar e atualizar o PEPI, promover o envolvimento e comunicação social, por meio de visitas a campo, interface com as empresas e comunidade, manutenção do site e canal de ouvidoria. Muitas das ações do PEPI já são atualmente executadas, sendo que as demais ações e sua execução como um todo será de responsabilidade do especialista socioambiental do programa.

9. MONITORAMENTO E RELATÓRIOS

O PEPI será implementado e monitorado pela equipe gerenciadora do programa sob coordenação da SDC. Dentre os indicadores a serem monitorados, destacam-se:

- Número total de atendimentos feitos pelo mecanismo central para resposta a pedidos de informações e resolução de queixas (desagregado por tipo de atendimento: solicitações, queixas, denúncias e elogios; e por obra).
- Tempo médio de resposta e resolução dos atendimentos realizados pelo mecanismo central para resposta a pedidos de informações e resolução de queixas (desagregado por tipo de atendimento: solicitações, queixas, denúncias e elogios).
- Número de atendimentos às comunidades realizados pelas equipes de ação social e comunicação comunitária das empresas contratadas, parcela de solicitações atendidas e parcela de solicitações encaminhadas à Unidade Gestora do Programa.
- Número de reuniões sobre atividades do Programa realizadas com partes interessadas.
- Número de participantes nas reuniões sobre atividades apoiadas pelo Programa (desagregado por gênero).
- Nível de satisfação dos participantes das atividades de planejamento das obras nos municípios beneficiados com o processo participativo.
- Nível de satisfação com as obras de melhoria nos municípios beneficiados.

9.1. REPORTE ÀS PARTES INTERESSADAS

As partes interessadas serão informadas à medida que o programa se desenvolve, incluindo relatórios sobre o desempenho ambiental e social, a implementação do PEPI e do mecanismo de queixas e o progresso geral na implementação.

A unidade gerenciadora contará com consultor para reforçar os canais de coleta de *feedback* dos usuários e interessados no programa, bem como promover a correta comunicação do andamento dos trabalhos e resultados.

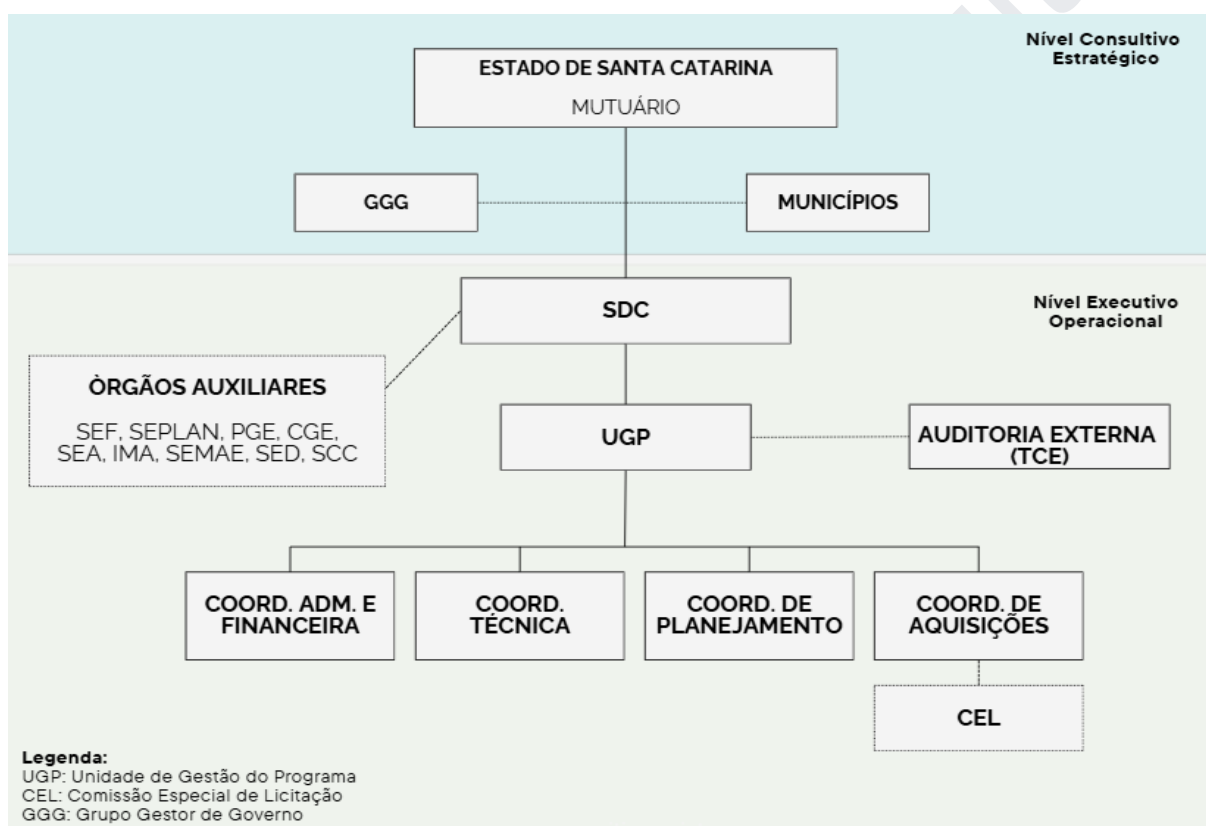
A versão pós-consulta do Plano de Envolvimento com Partes Interessadas será revisada e atualizada periodicamente conforme necessário durante a implantação do programa.

10.ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

10.1.Unidade de Gestão do Programa - UGP

A implementação do Programa será conduzida, no âmbito da SDC, por meio da criação da Unidade de Gestão do Programa – UGP, que atuará como unidade executora central responsável pela gestão administrativa, técnica e financeira do Programa Santa Catarina Protegida e Resiliente. A UGP será instituída com uma estrutura dedicada, composta por uma Coordenadora-Geral e cinco Coordenadorias temáticas, organizadas de forma a assegurar a execução coordenada e eficiente das atividades previstas no escopo do Programa.

Figura 02 - Organograma da Unidade de Gestão do Programa SC Protegida e Resiliente



A UGP coordenará de forma centralizada todas as fases do programa, incluindo planejamento, execução, monitoramento e avaliação. Caberá à UGP a responsabilidade pela gestão financeira, controle de compras e contratos, bem como pela implementação dos mecanismos de mitigação de riscos sociais e ambientais. Também será atribuída à unidade a sistematização de informações no Systematic Tracking of Exchanges in Procurement - STEP e a comunicação institucional dos resultados do programa.

A UGP será vinculada diretamente ao Gabinete do Secretário de Estado da Proteção e Defesa Civil, que desempenha um papel fundamental na supervisão, coordenação, orientação e fiscalização das atividades da UGP. A estrutura da UGP é desenhada de modo a garantir uma gestão eficiente, transparente e com uma visão específica para a execução do programa sendo composta por:

- **Coordenadoria-Geral de Gestão da UGP;**

- **Coordenadoria Administrativa e Financeira;**
- **Coordenadoria Técnica;**
- **Coordenadoria de Planejamento;**
- **Coordenadoria de Aquisições;**

10.2. Arranjo de Implementação do Programa SC Protegida e Resiliente

O arranjo de implementação do Programa Santa Catarina Protegida e Resiliente estabelece que a SDC será a única responsável por sua execução e gestão, atuando como órgão implementador central perante o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). A SDC responde pela coordenação geral, operacionalização das atividades, monitoramento dos resultados e conformidade técnica, financeira, ambiental e social das ações previstas no âmbito do Programa.

Na seção seguinte, são descritas as competências legais de demais secretarias e órgãos estaduais que, embora não participem diretamente da governança do Programa, exercem atribuições institucionais indispensáveis à sua execução, em consonância com seus mandatos legais.

10.3. Atribuições Legais Institucionais relacionadas ao Programa SC Protegida E Resiliente

O adequado funcionamento do Programa SC Protegida e Resiliente depende da articulação com diversos órgãos e secretarias que, embora não integrem sua estrutura de governança, exercem competências legais imprescindíveis para viabilizar suas ações.

Tais atribuições abrangem, entre outras, a gestão orçamentária e financeira da operação de crédito; a condução dos processos de licenciamento ambiental; o assessoramento jurídico dos atos contratuais; a supervisão das aquisições e da aplicação dos recursos; a articulação técnica nas áreas de meio ambiente, recursos hídricos e segurança de barragens; a compatibilização do Programa com os instrumentos de planejamento governamental; o apoio à execução de obras públicas de engenharia; e o desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade escolar para a promoção da cultura de prevenção.

Estas responsabilidades são exercidas em conformidade com os respectivos mandatos institucionais e constituem pilares essenciais para a conformidade técnica, legal e operacional do Programa.

Figura 03 – Órgãos e entidade auxiliares



- **Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)** - conforme o Decreto Estadual nº 385, de 10 de dezembro de 2019, cabe à SEF assegurar os recursos orçamentários do Estado, tanto da contrapartida quanto das dotações que recebem os valores do Contrato de Empréstimo, além de conduzir as negociações de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). A execução financeira do contrato — incluindo a gestão da dívida e dos respectivos pagamentos — será administrada pela Gerência da Dívida Pública (GEDIP), vinculada à Diretoria do Tesouro Estadual (DITE/SEF). Compete também à SEF solicitar a liberação dos recursos à instituição contratada, avaliando as cláusulas contratuais e financeiras, a pertinência e o impacto no fluxo de caixa e nos desembolsos futuros.
- **Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)** - A SEPLAN será responsável pelo acompanhamento e monitoramento contínuo das ações do programa, utilizando o sistema PROJETA/SC como principal ferramenta de gestão. Esse processo visa assegurar o cumprimento eficiente das metas pactuadas com o BIRD. Para tanto, dois técnicos da SEPLAN, dedicados exclusivamente a essa função, atuam em articulação permanente com as equipes da SDC, inclusive com presença física alocada nas instalações da SDC, o que permite maior integração, agilidade na troca de informações e suporte técnico mais eficaz às demandas do programa.
- **Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)** - ao final de 2025, a SCC passou a exercer as atribuições da Ouvidoria-Geral do Estado, sendo responsável pela coordenação e supervisão do sistema de ouvidorias do Poder Executivo Estadual. Por meio da Ouvidoria-Geral, compete à SCC assegurar a adequada operacionalização dos mecanismos de recebimento, encaminhamento e acompanhamento de manifestações dos cidadãos, em conformidade com a legislação aplicável e com as diretrizes de transparência e participação social. No âmbito do Programa, a Ouvidoria-Geral atuará de forma articulada com a SDC e os demais órgãos executores, garantindo o tratamento tempestivo das manifestações relacionadas às ações financiadas e a consolidação de informações gerenciais.
- **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde (SEMAE)** - a SEMAE atuará em articulação com a SDC na gestão de recursos hídricos e segurança de barragens no âmbito do programa. A

comunicação entre os órgãos será institucionalizada, por meio de reuniões técnicas, troca sistematizada de informações e uso de plataformas integradas. As decisões serão tomadas de forma conjunta, garantindo a conformidade das ações com os parâmetros técnicos, legais e operacionais do programa.

- **Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA):** O Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) é o órgão executor da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) no estado de Santa Catarina, sendo responsável pela condução dos processos de licenciamento ambiental das obras previstas no Componente 1 do Programa. Suas atribuições incluem a análise técnica dos estudos apresentados, emissão das licenças ambientais (prévia, de instalação e de operação), definição e fiscalização do cumprimento das condicionantes ambientais, bem como a realização de vistorias técnicas nas áreas de intervenção. Cabe ainda ao IMA presidir as audiências públicas, assegurando a transparência e a participação da sociedade no processo de licenciamento, embora o planejamento e a organização desses eventos sejam de responsabilidade da proponente, no caso, a SDC. A SDC mantém interlocução direta e contínua com o Instituto, garantindo a articulação técnica necessária para o avanço dos processos. Essa cooperação inclui reuniões técnicas periódicas para alinhamento de procedimentos, esclarecimento de dúvidas técnicas e acompanhamento da tramitação dos estudos e projetos submetidos ao órgão ambiental estadual.
- **Secretaria de Estado da Administração (SEA)** - a SEA cabe a condução dos processos licitatórios no âmbito do programa e as contratações diretas a cargo da SDC. A atuação da SEA ocorrerá de forma articulada com os demais órgãos envolvidos, assegurando alinhamento técnico e jurídico em todas as etapas. A equipe da SEA já participa ativamente das reuniões de planejamento e estruturação dos processos, contribuindo para a organização, eficiência e conformidade das contratações com os objetivos do programa.
- **Secretaria de Estado da Educação (SED)** - a SED apoiará diretamente a execução do produto 2.1.6 – Defesa Civil na Escola, desenvolvendo iniciativas educativas e de conscientização pública que integrem o programa à rotina das unidades de ensino. Caberá à pasta mobilizar gestores, professores e alunos, revisar materiais didáticos, validar certificados de participação e articular-se com o Comitê Regional para garantir que as ações de prevenção de riscos e resposta a emergências sejam efetivamente incorporadas ao cotidiano escolar.
- **Procuradoria-Geral do Estado (PGE)** - no âmbito do Programa SC Protegida e Resiliente, a Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina (PGE) exerce papel essencial na garantia da segurança jurídica do financiamento junto ao BIRD, sendo responsável pela análise e validação jurídica dos atos e instrumentos necessários à contratação e execução do empréstimo. Durante a fase de negociação, a PGE participa ativamente da revisão das minutas contratuais — como o Contrato de Empréstimo, o Acordo de Garantia e o Acordo de Contragarantia —, propondo ajustes para assegurar sua conformidade legal e proteger os interesses do Estado. Também emite pareceres que atestam a capacidade legal do Estado para contratar a operação e acompanha a tramitação legislativa da proposta de autorização. Na fase de implementação, presta assessoramento jurídico à UGP e demais órgãos envolvidos, contribuindo para a legalidade, eficiência e boa governança das ações do projeto.
- **Controladoria-Geral do Estado (CGE)** - a CGE exerce um papel essencial na fiscalização do uso dos recursos públicos do programa Santa Catarina Resiliente, garantindo que os investimentos em obras de prevenção de desastres e infraestrutura resiliente sejam aplicados de forma legal, eficiente e transparente. Para isso, acompanha licitações e contratações, conduz auditorias periódicas, monitora a execução física e financeira dos projetos e atua na gestão de riscos, em estreita parceria com a SDC. O sistema de governança é reforçado pela presença de um Controlador Interno e de uma Ouvidoria dentro da SDC, que asseguram a

correta aplicação dos recursos e incentivam a participação social no acompanhamento das ações do programa.

- **Interlocução entre Municípios e Representantes Locais** - não se configura como estrutura vinculada a uma secretaria específica ou órgão público formal, mas trata-se de uma instância de articulação exigida diretamente pelo Programa Santa Catarina Protegida e Resiliente, cuja implementação requer diálogo contínuo e estruturado com os municípios envolvidos e as comunidades locais. Essa interlocução será conduzida pela SDC, por meio de reuniões presenciais com autoridades municipais, lideranças comunitárias e comitês de bacia hidrográfica. As ações incluem a promoção de audiências públicas, reuniões técnicas e encontros temáticos, com o apoio de servidor designado para atuar nos territórios e de equipe especializada em comunicação social. Também caberá a essa instância sistematizar e encaminhar as demandas municipais à UGP, acompanhando a execução das ações e garantindo o alinhamento entre os planos estaduais e as realidades locais.

-